



UM GUIA DO ACTIVISMO PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Financiado por : AVCD



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

5

1. COMPREENDER A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA ATRAVÉS DE NOVE (9) PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	6
1.1 O QUE É A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA?.....	7
1.2 QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS E RESULTADOS ESPERADOS DA EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA?.....	7
1.3 QUE DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA DEVEM SER CONSIDERADAS PRIORITARIAS NO CONTEXTO DOS PAÍSES AFRICANOS?.....	8
1.4 O QUE É UMA EDUCAÇÃO QUE DESENVOLVE A AUTONOMIA E O PENSAMENTO CRÍTICO?.....	8
1.5 O QUE É UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA (OU HUMANIZADORA)?.....	8
1.6 O QUE É A EDUCAÇÃO LIBERTADORA?.....	9
1.7 O QUE É A EDUCAÇÃO PARA E ATRAVÉS DA DEMOCRACIA?.....	9
1.8 O QUE É A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE?.....	9
1.9 O QUE É A DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO?.....	10
2. ESTRATÉGIAS E ACTIVIDADES ESPECÍFICAS PARA UMA DEFESA/ACTIVISMO EFICAZ EM TORNO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	10
2.1 QUE METAS OU OBJECTIVOS DEVEM SER PERSEGUIDOS?.....	10
2.2 QUEM PODE AGIR?.....	11
2.3 QUE TIPOS DE ACÇÕES?.....	12
2.3.1 Acções de advocacia.....	12
2.3.2 Acções de lobbying.....	12
2.3.3 Acções de campo.....	12
2.4 QUE PÚBLICO DECISOR?.....	13
2.4.1 O Estado e os seus componentes.....	13
2.4.2 Autoridades locais e regionais.....	14
2.4.3 Professores.....	14
2.4.4 Directores de escolas.....	15
2.4.5 Inspectores de educação e formação.....	16
2.4.6 Sindicatos de professores.....	16
2.4.7 Sociedade civil.....	16
2.4.8 Autoridades consuetudinárias.....	16
2.4.9 Formadores de opinião.....	17
2.4.10 Organizações internacionais (governamentais e não governamentais).....	17
2.4.11 Os pais.....	18
2.4.12 Alunos.....	18
2.5 QUE ALIANÇAS A CONSTRUIR?.....	19
2.6 QUE MENSAGENS, SLOGANS E CANAIS DE INFLUÊNCIA?.....	21
2.6.1 Mensagens.....	21
2.6.2 Slogans.....	24
2.6.3 Ferramentas e canais de influência.....	26
2.7 E QUANTO A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS?.....	28
2.8 QUE ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES?.....	29
2.8.1 Criação de uma narrativa mobilizadora.....	29
2.8.2 Mobilização da inteligência colectiva.....	29
2.8.3 Comunicar com as partes interessadas.....	30
2.8.4 Acções de favorecimento no terreno.....	30
2.8.5 Trabalhar simultaneamente a todos os níveis (local, nacional, regional, internacional).....	31
2.8.6 Planear cuidadosamente o trabalho.....	32

TABLE DES MATIERES

3. KIT DE FERRAMENTAS PARA UMA DEFESA EFICAZ E ACTIVISMO EM TORNO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	32
3.1 PREPARAÇÃO DE UMA REUNIÃO DE ADVOCACIA.....	32
3.2 PENSAR SOBRE O QUE FAZER EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	33
3.3 O CIRCULO DOS SONHOS PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	34
3.4 ESTABELECIMENTO DE OBJECTIVOS PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	35
3.5 ESTABELECIMENTO DE UMA AGENDA DE TAREFAS PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	36
3.6 CONCEPÇÃO DE UM PLANO DE ACÇÃO PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	36
3.7 IDENTIFICAR O PROBLEMA QUE PRETENDE RESOLVER.....	37
3.8 IDENTIFICAR O PUBLICO ALVO.....	38
3.9 PENSANDO SOBRE AS MUDANÇAS QUE ESPERA PROVOCAR E COMO REALIZA-LAS?.....	39
3.10 IDENTIFICAR OS RECURSOS (FISICOS, EMOCIONAIS, FINANCEIROS, ETC.) QUE PRECISAM DE SER INVESTIDOS EM ACÇÕES COLECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	39
3.11 CELEBRAR: PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO PARA AS REALIZAÇÕES NA EDUCAÇÃO EMANCIPATORIA.....	40
CONCLUSÃO.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	43



LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADEA: Associação para o Desenvolvimento da Educação em África.

ANCEFA: Rede da Campanha Africana de Educação para Todos

AVCD: Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento

WB: Banco Mundial

CEAAL: Conselho para a Educação Popular na América Latina e nas Caraíbas

CONFEMEN: Conferência de Ministros da Educação tendo o francês como língua comum

COSYDEP: Coligação de Organizações em SYnergy para a Defesa da Educação Pública

EPT: Educação para Todos

FMI: Fundo Monetário Internacional

GPE: Parceria Global para a Educação

ODS: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OIF: Organisation Internationale de la Francophonie

ONG: Organização não-governamental

PM: Primeiro-ministro

PR: Presidente da República

ERNWACA: Rede de Investigação Educativa para a África Ocidental e Central

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância



LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Lista de decisores públicos (actores e/ou instituições) da perspectiva da educação emancipatória.....	13
Quadro 2 - Nível de impacto e nível de influência das partes interessadas (mapeamento das partes interessadas).....	19
Tabela 3 - Mensagens, ferramentas e canais de influência de acordo com os alvos (públicos decisores).....	21
Quadro 4 - Slogans direccionados.....	25
Quadro 5 - Ferramentas e canais de influência.....	26

LISTA DE NÚMEROS

Figura 1 - Planeamento de uma acção.....	37
Figura 2 - Exemplo de uma árvore de problemas.....	38

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1 - Trabalhar com estudantes.....	18
--	----



INTRODUÇÃO

Em Fevereiro de 2021, a ANCEFA (Rede da Campanha Africana de Educação para Todos¹) publicou um relatório regional sobre educação emancipatória em África². Entre outras coisas, o relatório respondeu às seguintes perguntas. Primeiro, o que é a emancipação, e segundo, o que é especificamente a educação emancipatória? O que pode a educação emancipatória fazer pelas escolas, particularmente no contexto dos países africanos? Permite, em África, ultrapassar as deficiências dos sistemas escolares, e o que pode trazer aos intervenientes da escola e mais globalmente às sociedades africanas? Existem experiências de educação emancipatória em África, quais têm sido os principais resultados, e que lições se podem tirar deles? Na conclusão do relatório, foi também mencionado que *"pode ter chegado o momento de uma mudança de paradigma na avaliação do desempenho dos sistemas educativos africanos, e mais particularmente de uma tal avaliação ter em conta a procura social, ou um certo número de objectivos educativos ou transformacionais, tais como a democratização ou a emancipação."*

Para que tal mudança de paradigma tenha lugar, será importante ou necessário apoiar os agentes de mudança educacional em geral e os activistas da educação emancipatória em particular, com ideias e estratégias concretas que possam fomentar uma educação emancipatória.

É para responder a tal necessidade que a ANCEFA, com o apoio da Fundação EDUCO, encomendou este guia, que é uma ferramenta para implementar o activismo da Educação Emancipatória, particularmente para promover e defender uma educação de qualidade com uma perspectiva emancipatória na região. Para este efeito, este guia³:

- fornece aos actores definições simples que esclarecem conceitos-chave necessários para compreender a educação emancipatória e as questões envolvidas;
- fornece elementos para a construção de uma boa estratégia de mobilização e advocacia para promover e/ou reforçar a educação emancipatória;
- pode ser utilizado para preparar e implementar várias acções (advocacia, sensibilização, comunicação, lobbying, formação, etc.) a favor da educação emancipatória;
- contém dados e informações (conjuntos de ferramentas, principais argumentos e mensagens, etc.) essenciais para acções mais persuasivas e eficazes.

Mais especificamente, este guia fornece à ANCEFA e às suas coligações nacionais os instrumentos (definições, estratégias, acções orientadas, mensagens, ferramentas, etc.) de que


¹ Em francês "Réseau africain de campagne pour l'éducation pour tous".

² Este relatório foi encomendado pela ANCEFA, no âmbito do projecto "Campanha Global para a Educação: Contribuir para a Educação para a Transformação Social a nível local e global (EpTS)", que é o resultado de uma parceria entre a ANCEFA e a Fundação EDUCO, e financiado pela Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento (AVCD). Para a produção deste relatório, foi estabelecida uma parceria entre a ANCEFA e a coordenação nacional para o Senegal da ERNWACA (Rede de Investigação Educativa para a África Ocidental e Central).

³ Este guia foi concebido pelo consultor Abdoul Alpha Dia. A elaboração deste guia foi também realizada sob a supervisão de um comité de direcção, composto (para além do autor do relatório) pelas seguintes pessoas

- Sra. Adama SIDIBE, membro do Conselho de Administração da ANCEFA
- Solange AKPO, Coordenadora Regional ANCEFA
- Sr. Hervé KINHA, Coordenador do CBO-EPT
- Sr. Tahirou TRAORE, Coordenador do CN.EPT - BF
- Sr. Abdou DIAW, Ponto Focal do Projecto na COSYDEP
- Sr. Robert Agnanamba BADJI, Oficial de Programa, ANCEFA
- Natalia Garcia MARCOS, Técnica de Mobilização Social, EDUCO





necessitarão para levar a cabo os seus planos de mobilização social e de defesa política para a promoção da Educação Emancipatória.

Mais amplamente, o guia aborda algumas das necessidades específicas das organizações sociais do continente africano para promover e defender uma educação de qualidade de uma perspectiva emancipatória. Pode ser utilizado por ONG e outras organizações de base comunitária a nível local. Este guia destina-se, portanto, também a todos aqueles que trabalham em questões de educação e que estão interessados numa abordagem de educação emancipatória à advocacia. Destina-se a reforçar o trabalho em torno da educação emancipatória como um todo, tanto para aqueles que trabalham exclusivamente na educação como para os envolvidos em programas de renovação social.

Finalmente, este guia tem também os seguintes objectivos:

- despertar o interesse dos decisores públicos e dos intervenientes da educação de base (directores de escolas, professores, etc.);
- fornecer a todos os interessados na educação (sindicatos, pais, parceiros técnicos e financeiros, etc.), bem como ao público em geral, as informações, dados e ferramentas de que possam necessitar para (i) compreender melhor o que é a educação emancipatória, e (ii) identificar acções e iniciativas a favor da educação emancipatória que eles próprios possam iniciar ou apoiar;
- ser um recurso útil para aqueles que trabalham a nível regional e/ou internacional, particularmente em (i) compreender os tipos de actividades e processos que podem ter lugar a nível local e nacional, (ii) encontrar formas de utilizar os seus conhecimentos, competências e perspectivas para complementar e reforçar o trabalho realizado a outros níveis.

Este Guia está organizado da seguinte forma. A primeira parte recorda o que é a educação emancipatória. A segunda parte apresenta estratégias e acções para uma advocacia/activismo eficaz em torno da educação emancipatória. Nesta parte, são abordadas, em particular, as seguintes questões: Que metas ou objectivos devem ser perseguidos? Quem pode agir para alcançar os objectivos da educação emancipatória? Que tipos de acção? Que audiências devem ser os decisores? Que alianças a construir? Que mensagens e slogans? Quem deve mobilizar recursos? Finalmente, a terceira e última parte apresenta algumas ferramentas, úteis para uma defesa/activismo eficaz em torno da educação emancipatória.



1. COMPREENDER A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA ATRAVÉS DE NOVE (9) PERGUNTAS E RESPOSTAS

1.1 O que é a educação emancipatória?

Segundo Oscar Jara⁴, "A educação emancipatória visa pensar e praticar a educação como uma prática que liberta os potenciais e capacidades humanas. Implica conceber a educação como um processo que forma as pessoas como sujeitos transformadores e não como objectos. Considera a educação como um processo integral e permanente, que por isso vai para além da escola e do sistema escolar. Finalmente, leva a pensar e educar de acordo com processos integrais, diversos, abertos, críticos, participativos, lúdicos e criativos, que em última análise ajudam a formar e democratizar as relações de poder a todos os níveis e dimensões da vida e da sociedade.

Segundo Grootaers e Tilman (2009), que partem da definição de emancipação como a saída ou libertação de uma tutela, a educação seria portanto emancipatória quando desenvolve os conhecimentos e as capacidades das pessoas, permitindo-lhes libertar-se de uma autoridade, de um domínio, de um poder. Uma educação emancipatória seria também uma educação que não alienasse as características que compõem a humanidade do ser humano, em particular o seu estatuto de pessoa moral. Pelo contrário, é uma educação que desenvolve a capacidade de ser um sujeito moral. Um sujeito moral é uma pessoa capaz de fazer escolhas axiológicas (morais) (liberdade) de uma forma informada (conhecimento e pensamento crítico) e de agir em conformidade (capacidade de agir).

1.2 Quais são os objectivos e resultados esperados da educação emancipatória?

Quais poderiam ser as características de uma educação emancipatória, em termos dos seus objectivos e resultados esperados? Aqui estão alguns critérios para responder a esta pergunta⁵.

- Uma educação é emancipatória se modificar as representações do futuro, rompendo com a ausência de perspectiva ou com uma visão fatalista do destino provável.
- Uma educação é emancipatória se mudar as representações das lógicas sociais actualmente em funcionamento, rompendo com a visão de que estas são forças inescapáveis.
- Uma educação é emancipatória se alterar as imagens que o indivíduo ou o grupo dominado tem de si próprio, das suas capacidades, das suas aptidões, das suas potencialidades.
- A educação é emancipatória se equipar as pessoas para agirem eficazmente.
- Uma educação é emancipatória se desenvolver os mecanismos intelectuais básicos: ler, escrever, calcular, claro, mas também manipular os mecanismos mentais básicos tais como induzir, deduzir, comparar, sintetizar, analisar, formalizar, verificar, ter método, etc.
- Uma educação é emancipatória se desenvolver capacidades de comunicação e expressão, se formar pessoas para falar (em todas as suas formas e, portanto, não só verbalmente) e para ouvir, se desenvolver um certo controlo afectivo e emocional.
- Uma educação é emancipatória se permitir aos dominados construir uma nova identidade, tanto em continuidade como em ruptura com a sua antiga personalidade e em articulação com o seu projecto e o seu ambiente. Finalmente, emancipar-se e libertar-se das várias tutelas é mudar a própria personalidade, redefinir a própria identidade.

⁴Oscar Jara é sociólogo, educador popular e Presidente do Conselho de Educação Popular da América Latina e das Caraíbas

⁵Quais são os objectivos e resultados esperados da educação emancipatória?

1.3 Que dimensões da educação emancipatória devem ser consideradas como prioridades no contexto dos países africanos?

No seu relatório regional sobre educação emancipatória (publicado em 2021), a ANCEFA, tendo em conta o contexto específico dos países africanos, identificou seis (6) dimensões principais para a educação emancipatória:

- uma educação que desenvolve a autonomia e o pensamento crítico;
- educação humanista (ou humanizante);
- educação que liberta ;
- educação para e através da democracia;
- educação para a igualdade ;
- a descolonização da educação.

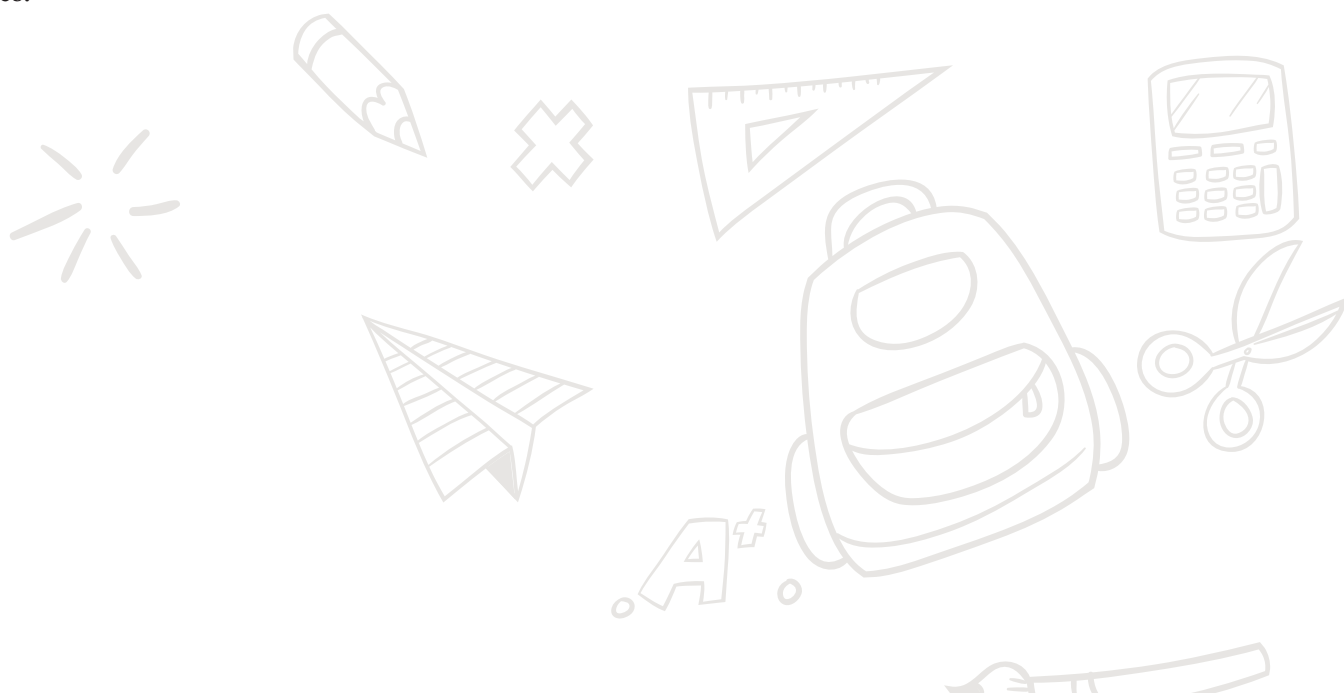
Estas dimensões não são, no entanto, exaustivas (ou seja, poderiam ser identificadas outras que também seriam relevantes no contexto dos países africanos) nem exclusivas (ou seja, várias destas dimensões podem ser visadas, cumulativamente).

1.4 O que é uma educação que desenvolve a autonomia e o pensamento crítico?

Uma vez que a emancipação se refere a um estado em que um indivíduo se torna capaz de pensar e agir por si próprio, uma educação emancipatória seria, portanto, uma educação que atingisse um tal ideal de autonomia do sujeito pensante e actuante. A educação deve portanto desenvolver o pensamento crítico, para que se possa pensar por si próprio. Ao encorajar o exame de um problema de diferentes ângulos, o questionamento de discursos e factos, a avaliação de opções e raciocínios, e a abertura a outros pontos de vista, o pensamento crítico fomenta o desenvolvimento de uma mente independente.

O pensamento crítico é composto por dois elementos:

- pensamento crítico, definido como um conjunto de atitudes que levam o indivíduo a ter uma tendência para ser crítico. O pensamento crítico é uma postura intelectual, um estado de espírito que o pensador crítico adopta quando confrontado com uma questão.
- um instrumento crítico, que permite ao indivíduo pensar criticamente, avaliar declarações, e fazer julgamentos com base em razões, ou seja, critérios para considerar que estes julgamentos são credíveis, fiáveis e relevantes.





1.5 O que é uma educação humanista (ou humanizadora)?

A educação é um processo de humanização. A educação é de facto o processo pelo qual o ser humano como ser biológico se torna um ser humano como um ser de cultura.

Contudo, está a ocorrer um fenómeno estranho: o abandono da dimensão humana nos debates educativos. Este esquecimento é uma consequência do domínio de uma racionalidade utilitária orientada sobretudo para a procura de eficiência, rentabilidade e lucro. O que se torna importante é apenas desenvolver no ser humano não as capacidades que o tornam digno, mas sim as que vão ganhar dinheiro.

Mas como poderia ser hoje em dia uma educação humanista?

- Uma educação humanista ajuda os alunos a crescerem em humanidade e a tornarem-se, por sua vez, agentes de humanização. É pensado como um lugar de resistência às forças que o desviam desta tarefa.
- Uma educação humanista implica ser capaz de imaginar empática, de pensar como um cidadão do mundo, de ser capaz de reconhecer a humanidade onde quer que ela se encontre, tornando-se curioso sobre outras civilizações e mais sensível às diferenças culturais.
- Uma educação humanista não produz humilhação, mas sim orgulho. Tem em conta que o que permite a uma criança ter sucesso não é tanto um QI elevado, mas a crença de que ela se desenvolve nele ou nela própria. Quanto mais positiva for a sua crença na sua auto-eficácia, mais encontrará os recursos para alcançar os seus objectivos e ultrapassar os obstáculos.


1.6 O que é a educação libertadora?

A educação emancipatória promove a consciência crítica e é, portanto, libertadora. A educação emancipatória visa a libertação dos potenciais e capacidades humanas, a libertação das próprias forças do homem. Ser livre, pensar e agir livremente, é um processo de aprendizagem ao longo da vida. É, contudo, um estado de espírito que pode ser partilhado, praticado, aprendido e ensinado.

Segundo Paulo Freire, a educação deve ser realizada como uma prática de liberdade, baseada numa pedagogia em que os "oprimidos" obtêm as condições para se descobrirem e se posicionarem como sujeitos e actores livres da sua própria história. A educação emancipatória deve contribuir para que as pessoas superem qualquer tipo de opressão, dotando as suas vidas e realidades de significado e significado. Oscar Jara coloca-o desta forma: "A educação liberta de todas as opressões e liberta todas as nossas potencialidades".

1.7 O que é a educação para e através da democracia?

Uma das missões da escola é resolver as dificuldades de viver em conjunto. Para o efeito, deve inculcar nos alunos a virtude da tomada de decisões democrática. É também a este respeito que as escolas podem contribuir não só para nos lembrar que vivemos (ou devemos viver) num estado democrático, mas também para reinventar, se necessário, o ideal democrático.



Os jovens devem ter a oportunidade de gerir os espaços nas escolas de acordo com as suas próprias necessidades o mais rapidamente possível, em espaços escolares "despedagogados". É necessário ir além do simples estabelecimento de governos escolares, e avançar para uma maior democratização dos processos de tomada de decisão no sector da educação. A governação democrática deve ser um princípio e uma prática desde as raízes das escolas (micro) até ao desenvolvimento de grandes políticas públicas (macro). A gestão democrática deve ser a norma (e já não a excepção) nas escolas. Alunos, professores, todos os funcionários do sector da educação (de perto e de longe), pais... devem poder participar no debate sobre a educação, bem como sobre projectos políticos que afectam as escolas.

1.8 O que é a educação para a igualdade?

A educação para a igualdade tem os seguintes objectivos

- emancipação social, ou seja, para permitir a cada pessoa libertar-se da dependência do seu ambiente de origem e alcançar, de acordo com o seu projecto e as suas aptidões, posições diferentes das ocupadas pelos seus pais (noção de ascensão social);
- preparação para a vida em sociedade, assegurando que todos têm as competências necessárias para se integrarem e desempenharem um papel activo na mesma;
- justiça social, ou seja, igualdade de direitos e uma distribuição justa e equitativa dos bens educativos, seja em termos de acesso, sucesso, percursos ou realizações;
- coesão social, ou seja, o encontro de aprendentes de todas as origens, o reforço do sentido de solidariedade e a emergência de uma consciência colectiva;
- transformação social, equipando todos os jovens para contribuírem de forma crítica e criativa para o bem comum e para a melhoria da sociedade em que são chamados a viver.

1.9 O que é a descolonização da educação?

A descolonização da educação tem como objectivo desconstruir ou revelar os aspectos coloniais das nossas sociedades. A colonialidade refere-se a um regime de poder que teve origem na colonização do mundo pela Europa nos tempos modernos, mas que não foi abolido pela descolonização. Assim, a descolonização da educação assegura o ensino e a aprendizagem do conhecimento acumulado pela humanidade ao longo da história, em diferentes campos, superando a hegemonia de conceitos e pontos de vista eurocêntricos ou ocidentais, tendo em conta a diversidade de conhecimentos, culturas, línguas e visões do mundo de diferentes povos

Uma educação descolonizante também reconhece e promove o multiculturalismo, a interculturalidade, e as diferentes experiências escondidas nos espaços educativos, ou seja, as experiências sociais negadas pela racionalidade científica dominante. Reabilita as práticas, experiências e perspectivas tornadas invisíveis pela colonização ou desde a mesma. Gera espaços e métodos de formação que integram a memória histórica dos povos. Incorpora o facto de diversos conhecimentos ressoarem de forma equitativa e horizontal quando se baseiam nas memórias e histórias de cada pessoa, dos seus territórios, do quotidiano e das particularidades, no processo de desenvolvimento para a comunidade.

A educação descolonizante promove uma educação popular intercultural, feminista, indígena e camponesa, construída sobre uma ecologia do conhecimento (conhecimento conceptual, espiritual, emocional, relacional, afectivo, comunitário e popular, entre outros), a fim de recuperar as línguas, culturas e visões de mundo ancestrais para sair do patriarcado, sair da ocidentalização e reconhecer a sua verdadeira identidade. Em última análise, a descolonização da educação (i) ajuda os jovens a construir a sua identidade, (ii) permite-lhes aprender sobre a história, instituições e património cultural do seu país, (iii) cultiva neles a consciência de pertencerem a um país.

2. ESTRATÉGIAS E ACTIVIDADES ESPECÍFICAS PARA UMA ADVOCACIA/ ACTIVISMO EFICAZ EM TORNO DA EDUCAÇÃO PARA O EMPOWERMENT

2.1 Que metas ou objectivos devem ser perseguidos?

Os objectivos do activismo da educação emancipatória devem ser perfeitamente claros e, portanto, não devem estar abertos a qualquer vagueza ou má interpretação. Dadas as múltiplas dimensões ligadas à educação emancipatória, seria fútil esperar um único objectivo.

Em termos concretos, e inspirado pela definição de educação emancipatória proposta por Oscar Jara, o activismo a favor da educação emancipatória *visa empenhar-se, através do discurso público e/ou de acções concretas, para que a educação seja pensada e praticada por todos como uma prática que liberta o potencial e as capacidades humanas. O activismo da educação emancipatória visa, portanto, falar e agir de modo a que a educação seja doravante concebida como um processo que forma as pessoas como sujeitos transformadores e não como objectos.*

Os objectivos do activismo da educação emancipatória também podem ser analisados em termos dos resultados esperados, nomeadamente

- uma educação que modifica (i) as representações do futuro, rompendo com a ausência de perspectiva ou com uma visão fatalista do destino provável, (ii) as representações da lógica social actualmente em acção, rompendo com a visão segundo a qual estas são forças inelutáveis, (iii) as imagens que o indivíduo ou o grupo dominado tem de si próprio, das suas capacidades, das suas competências, das suas potencialidades;
- educação que equipa as pessoas para agirem eficazmente;
- uma educação que desenvolve (i) mecanismos intelectuais básicos, (ii) capacidades de comunicação e expressão, a capacidade de falar (em todas as suas formas e portanto não apenas verbal) bem como a correspondente capacidade de ouvir, (iii) um certo controlo afectivo e emocional;
- uma educação que permite aos dominados construir uma nova identidade, tanto em continuidade como em ruptura com a sua antiga personalidade e em articulação com o seu projecto e o seu ambiente.

Com base nas dimensões da educação emancipatória identificadas no relatório produzido pela ANCEFA, o activismo para a educação emancipatória poderia ter como objectivo conduzir quaisquer acções ou iniciativas cujos resultados seriam a produção de educação emancipatória, ou seja

- uma educação que desenvolve a autonomia e o pensamento crítico;
- educação humanista (ou humanizadora);
- educação que liberta ;
- educação para e através da democracia;
- educação para a igualdade ;
- a descolonização da educação.



2.2 Quem pode agir?

Todos podem agir para alcançar os objectivos da educação emancipatória.

A educação emancipatória precisa de activistas. Os activistas são principalmente pessoas que fazem campanha pela mudança, geralmente em questões políticas ou sociais. Os activistas são homens e mulheres empenhados, sinceros, dedicados e disponíveis para realizar todo o tipo de acções, incluindo acções de base e campanhas de mudança.

A educação emancipatória também necessita do apoio e/ou envolvimento dos decisores políticos. Os activistas são portanto úteis e mesmo indispensáveis, mas não são suficientes, dado que são os decisores que, em última análise, têm o poder de mudar as coisas e/ou mover as linhas.

2.3 Que tipo de acções?

Sob o título de activismo para a educação emancipatória, podem ser realizados vários tipos de acções, todas elas contribuindo para persuadir os decisores, mobilizar as partes interessadas e convencer o público em geral. Entre estas acções, três (3) são de particular interesse: advocacia, lobbying e acções de campo.

2.3.1 Acções de advocacia

Sob advocacia, os activistas devem, por escrito ou oralmente, defender a educação emancipatória. Defender a educação emancipatória significa principalmente fazer duas coisas. Em primeiro lugar, promover o conceito de educação emancipatória de forma sistemática ou em todas as ocasiões apropriadas. Nem todos ouviram falar da educação emancipatória, e aqueles que ouviram falar dela não têm necessariamente uma boa compreensão da mesma. A educação emancipatória também tem os seus opositores, por quaisquer razões (objectivas ou subjectivas). A todos eles, será importante recordar o que é a Educação Emancipatória, o que visa, o que acrescenta (ao nível do sistema educativo e/ou da sociedade). Por outras palavras, ao sensibilizar e explicar sobre a educação emancipatória, mobiliza-se a comunidade (decisores, educadores, líderes de opinião, pais de alunos, os próprios alunos, etc.) para tomar medidas na direcção desejada. Para que a defesa da educação emancipatória seja bem sucedida, terá de ser conduzida por homens e mulheres capazes de mobilizar os seus pares e concidadãos, de organizar actividades de campo e de comunicar bem com todas as secções da comunidade.

2.3.2 Acções de lobbying

A educação emancipatória também necessita de acções de lobby, ou seja, influenciar não só indivíduos bem orientados (especialmente aqueles em posição de decidir ou influenciar a decisão), mas também o quadro regulamentar ou legislativo.

Do ponto de vista da educação, há muitos decisores (presidente da república, governo, representantes eleitos, professores, organizações internacionais, etc.) e a vários níveis (local, departamental, regional, nacional, internacional). Para que as reformas educativas possam ser iniciadas, mas também para que tenham êxito (do ponto de vista da sua implementação), a acção destes decisores deve convergir, e é por isso que o lobby deve ser uma actividade ampla (do ponto de vista dos objectivos) e permanente (do ponto de vista da duração). Este é também o caso, do ponto de vista específico da educação emancipatória.

2.3.3 Acções de campo

A educação emancipatória precisa de advocacia e lobbying, mas também precisa de acção no terreno. De facto, por todos os meios necessários, a utilidade ou relevância da educação emancipatória deve ser provada, e para isso, que melhor forma do que através de acções de campo?

Existem várias experiências no campo educacional e, por conseguinte, deveria haver mais do que a pretensão de ser educação emancipatória, parcial ou total.

2.4 Que público decisor?

2.4.1 O Estado e os seus componentes

Como a educação é uma das missões regalianas do Estado, nenhuma grande reforma do sistema educativo pode ser considerada sem um forte envolvimento do Estado. De facto, é o Estado que é responsável por :

- a definição das orientações gerais e dos objectivos do sistema educativo;
- o estabelecimento efectivo do sistema educativo, entendido como todas as instituições envolvidas na função educativa e a organização global da arquitectura escolar, ou seja, o curso geral dos estudos (ciclos, orientações, correntes, etc.);
- a definição do currículo de formação, ou seja, o conjunto do que é suposto ser ensinado e do que é suposto ser aprendido.

Embora não possa haver uma reforma bem sucedida sem o empenho dos actores no terreno, o Estado e os seus ramos têm um poder considerável para facilitar ou inibir este empenho. A presença de uma "narrativa mobilizadora" (Meuret, 2020) defendida pelas autoridades centrais é susceptível de inspirar positivamente os actores do sistema. Por outro lado, o poder ligado à prescrição de uma visão política e educativa, o poder ligado à imposição de regulamentos e o poder ligado ao financiamento de actores e acções são armas de dois gumes.

Como a educação emancipatória tem impacto em todos os aspectos acima referidos, a sua promoção requer um diálogo contínuo e uma interacção regular com o Estado e as suas agências. Os seguintes actores e/ou instituições são particularmente importantes:



Quadro 1 - Lista de decisores públicos (actores e/ou instituições) da perspectiva da educação emancipatória

Decisores públicos	Argumento
Presidente da República (PR)	É da responsabilidade do RP definir as orientações gerais do Estado, incluindo as da perspectiva da educação.
Primeiro-Ministro (PM)	Como Chefe de Governo, é sua responsabilidade assegurar que as directivas do Presidente da República sejam implementadas.
Ministros responsáveis pela educação (ensino nacional, formação profissional, ensino superior, etc.)	Ministros que têm a responsabilidade de dirigir o sistema educativo.
Ministro da Cultura	Dada a dimensão cultural ligada à educação em geral e à educação emancipatória em particular
Ministro da Juventude	Dado que a educação é dirigida principalmente aos jovens
Ministro da Família	Dado que as famílias são também lugares ou espaços de educação e de socialização
Assembleia Nacional	Na medida em que vota sobre leis e exerce controlo sobre o executivo. t
Conselho Económico e Social (se existir ⁶)	Conselho que tem a prerrogativa de aconselhar as autoridades públicas em matéria económica e social e que, de um modo geral, desempenha duas outras funções de forma corolária, a saber, por um lado, permitir a participação das diferentes categorias profissionais na política económica e social da Nação e, por outro, promover a colaboração e o diálogo entre estas diferentes categorias profissionais, facilitando assim a conciliação das suas posições

⁶ Em alguns países, existe em vez disso um conselho económico, social e ambiental.

2.4.2 Autoridades locais e regionais

As autoridades locais e regionais preocupam-se com a educação emancipatória, por um lado porque a educação é geralmente (nos países que praticam a descentralização) uma competência transferida e, por outro lado, porque a educação não só tem impacto no desenvolvimento territorial, como também é afectada por ele. As autoridades locais, e mais geralmente os actores locais, estão particularmente preocupados com as dimensões da educação emancipatória relacionada com a democracia (dado que a democracia também é construída a nível local), a igualdade (a emancipação social bem como a coesão social também são desafios a nível local), e a descolonização (uma educação descolonizante promove de facto uma educação indígena, e como tal permite um melhor conhecimento da história e do património cultural dos diferentes territórios que compõem o país).

2.4.3 Professores


Educadores e formadores estão entre os primeiros a serem desafiados quando se trata de educação emancipatória. Sem educadores e formadores "conscientes", não pode haver educação emancipatória. Tal como a qualidade de um sistema educativo não pode exceder a qualidade dos seus professores, a capacidade de um sistema educativo de produzir uma educação emancipatória não pode exceder o nível de "consciencialização" ou compromisso dos seus professores.

Tal como P. Freire (o criador do conceito de "pedagogia do oprimido") o entendeu, a educação deve ser um processo de conscientização e libertação. A educação nunca deve ser considerada como equivalente à programação de um computador, nem a educação deve ser reduzida à transmissão de conteúdos e à realização de exercícios de aplicação para automatizar procedimentos. Isto não significa, evidentemente, que a educação não inclua estas dimensões, mas não se reduza a elas. Sem um conhecimento prévio por parte de educadores e formadores, a educação não pode ser emancipatória.

Olhando para a relação que deveria existir entre o professor e os alunos no processo de emancipação, Freire acredita que não pode ser unilateral: por outras palavras, não é um processo em que o professor emancipa os sujeitos. É antes uma relação necessariamente dialéctica, ou seja, envolvendo o professor e os alunos numa relação em que cada um possui conhecimentos: os alunos possuem conhecimentos experimentais, enquanto que o professor possui conhecimentos teóricos. Se os professores não estiverem convencidos da necessidade de tal dialéctica, então a educação não pode ser emancipatória.

Educadores e formadores são também desafiados do ponto de vista do "desafio da humanização" que as escolas enfrentam actualmente. Os debates na educação são cada vez mais enquadrados como discussões técnicas sobre a eficácia dos métodos pedagógicos. Como resultado, a pedagogia está agora reduzida a um conjunto de técnicas eficazes para fazer aprender os estudantes, quando deveria ser antes uma práxis (teoria e acção) que visa desenvolver a capacidade dos seres humanos de se comportarem como sujeitos morais. Em última análise, estes debates na educação caracterizam-se cada vez mais pela negligência do humano, e são mesmo ilustrativos da ascensão de um teórico anti-humanismo na educação. Foi o caso do behaviorismo, que procurou reduzir a educação dos seres humanos à formação dos animais: numa tal concepção de educação, não se baseia numa concepção humanista do ser humano, mas numa concepção que se recusa a ter em conta a dignidade moral do ser humano. Este é actualmente o caso da neurociência quando afirma que o cérebro pode ser reduzido a um algoritmo: neste caso, a educação seria reduzida à programação como um programa em um computador. O comportamento e a neurociência cognitiva impõem uma visão que conduz a um reducionismo moral do ser humano, e assim conduz a um processo de reificação (chosification)⁷. Se os educadores e formadores não forem sensibilizados para os limites, inadequações e mesmo perigos das teorias educativas dominantes (behaviorismo) ou emergentes (neurociência cognitiva), a educação não pode ser emancipatória.

⁷ Um esclarecimento: não é o behaviorismo e a neurociência cognitiva que devem ser rejeitados como tal, mas os 'desvios' ou 'excessos' nas teorias de aprendizagem ou modelos educativos a que por vezes conduzem.



Em última análise, a promoção da educação emancipatória exige, antes de mais, acções dirigidas aos educadores e formadores, para que compreendam o conceito e o adiram, e para que o possam integrar ou implementar nas suas abordagens e práticas de ensino. Os professores têm frequentemente a impressão de que as reformas e decisões são tomadas sem eles por um círculo de funcionários e peritos, ao passo que reclamam, com razão, os seus conhecimentos específicos, que foram adquiridos através da experiência no seu campo. Trabalhar sem ou contra os professores condena as reformas ao fracasso, porque os professores adoptam então estratégias de contestação, desvio ou recuperação.

2.4.4 Directores de escolas

Vários estudos demonstraram que as escolas são uma unidade essencial de análise para estudar as mudanças nos sistemas educativos e que a liderança do director da escola desempenha um papel central. Face às mesmas exigências, limitações e recursos, duas escolas podem de facto obter desempenhos muito diferentes em termos de resultados (em avaliações locais, nacionais ou internacionais). Este é o caso quando, dentro da escola, o director e a sua equipa conseguem desempenhar o papel de mediador entre alunos e professores, entre professores e pais, entre alunos e pais e, em alguns casos, entre professores e os seus pares. Este será certamente o caso quando o director da escola estiver consciente e empenhado na educação emancipatória e conseguir criar um ambiente favorável à educação emancipatória dentro da escola.


Promover a educação emancipatória significa, portanto, trabalhar em estreita colaboração com os directores das escolas e torná-los verdadeiros embaixadores.

2.4.5 Inspectores de educação e formação

Os inspectores de educação e formação têm geralmente a tarefa permanente de monitorizar, supervisionar e prestar apoio pedagógico aos professores nas várias disciplinas. São também responsáveis pela liderança dos trabalhos das comissões responsáveis pela elaboração da reforma do ensino e, eventualmente, dos exames e concursos. Podem, por ocasião de missões de inspecção específicas, controlar a organização pedagógica e técnica das escolas e fazer observações úteis. Dadas todas as suas prerrogativas, os inspectores de educação e formação são essenciais em qualquer acção ou iniciativa que vise a reforma do sistema educativo. Particularmente do ponto de vista da defesa da educação emancipatória, os inspectores de educação e formação devem, portanto, ser um dos principais alvos.

A questão da reforma dos sistemas educativos ocupa um lugar importante nas reflexões e acções dos sindicatos de professores. A reforma dos sistemas educativos tem um impacto em todas as questões que ocupam o movimento sindical dos professores, uma vez que diz respeito à definição da profissão, pedagogia, relações entre os vários membros da comunidade educativa e, mais fundamentalmente, a própria ideia da missão de um serviço público de educação ou do papel atribuído aos professores neste contexto. Devido a estas considerações políticas, pedagógicas e baseadas em categorias, não é surpreendente que cada proposta de reforma do sistema educativo gere um debate vivo, levando à expressão de um apoio quase entusiasta ou a uma oposição feroz, ou, mais frequentemente, a análises mais subtis reservando o direito a um apoio qualificado ou a uma oposição reservada.

Como a educação emancipatória implica uma reforma do sistema educativo não só em termos pedagógicos mas também em termos políticos, exige um compromisso forte e sustentável por parte dos sindicatos de professores.



Nos últimos anos, tem havido um amplo consenso de que a capacidade dos Estados africanos para enfrentarem sozinho desafios educacionais complexos é questionável, daí a necessidade e importância de envolver activamente a sociedade civil na formulação, implementação e monitorização de estratégias de desenvolvimento educacional. Este envolvimento das organizações da sociedade civil é agora abordado como um processo político: uma vez que o Estado já não consegue enfrentar sozinho, é forçado a partilhar a sua função regaliana de educação com a sociedade civil.

Sob o novo paradigma participativo, espera-se, portanto, que a sociedade civil desempenhe um papel mais importante na tomada de decisões, particularmente em caso de fracasso do Estado em fornecer a boa "educação".

Dada a forte presença da sociedade civil no domínio da educação, uma reforma tão importante como a que a educação emancipatória levaria não pode ser levada a cabo sem um forte envolvimento da sociedade civil.

2.4.8 Autoridades consuetudinárias

Em África, as autoridades consuetudinárias desempenham geralmente um papel importante na regulação social. Estas autoridades têm várias alavancas de influência e/ou acção, o que as torna indispensáveis. Sem o envolvimento destas autoridades, seria portanto extremamente difícil, se não impossível, alcançar os objectivos de um projecto de transformação social.

A fim de promover a educação emancipatória, o diálogo com as autoridades consuetudinárias e o seu envolvimento nas acções implementadas será, portanto, essencial.

2.4.9 Formadores de opinião


Dados os seus poderes de influência e/ou mobilização, os líderes de opinião são essenciais em qualquer acção que vise as massas. Aos líderes de opinião tradicionais (intelectuais, jornalistas, celebridades offline ou online, especialistas, prescritores, defensores, etc.), poderíamos acrescentar os influenciadores, dado o importante papel agora desempenhado pelas redes sociais na transmissão de opinião.

Ao promover a educação emancipatória, os líderes de opinião poderiam ser excelentes retransmissores.

2.4.10 Organizações internacionais (governamentais e não governamentais)

Como resultado da globalização, as organizações internacionais (governamentais e não governamentais) tornaram-se cada vez mais importantes, não só económica e politicamente, mas também cultural e educacionalmente. As organizações internacionais também se tornaram essenciais porque os problemas sociais se tornaram tão complexos e interdependentes que não podem ser totalmente resolvidos apenas pelos actores locais ou estatais.

No domínio da educação, organizações multilaterais, como a UNESCO e a UNICEF, têm uma influência global na definição de políticas de educação e algumas delas, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), estão entre os doadores financeiros mais importantes. A nível das principais regiões do mundo, foram criadas organizações para desenvolver a governação para assegurar um melhor desenvolvimento dos seus países e fazer



face à concorrência gerada pela globalização; em África, este é nomeadamente o caso de organizações transnacionais como a Organisation internationale de la Francophonie (OIF), a Conférence des ministres de l'éducation ayant le français en partage (CONFEMEN), ou associações como a Association pour le développement de l'éducation en Afrique (ADEA). Estas instituições e associações internacionais são inescapáveis, dado o seu poder de influência significativo em termos de governação, ao qual é normalmente acrescentado (pelo menos para algumas delas) um poder operacional, graças ao financiamento que recebem.

Para promover a educação emancipatória, será portanto necessário trabalhar com estas instituições internacionais. O desafio aqui será convencê-los não só da relevância teórica do conceito de educação emancipatória, mas também de os envolver (de diferentes formas) na sua implementação. Para este fim, a contribuição da educação emancipatória para a realização do ODS4 (que visa "assegurar a igualdade de acesso à educação de qualidade para todos e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida") ou para a realização da Declaração Incheon ("Educação 2030: Para uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e uma aprendizagem ao longo da vida para todos") pode ser realizada.

2.4.11 Os pais

Qualquer grande mudança no sistema escolar afecta inevitavelmente os pais. Por conseguinte, a fim de promover a educação emancipatória, os pais devem ser considerados como parceiros essenciais ou de primeira escolha. Além disso, a promoção ou implementação da educação emancipatória não é da exclusiva responsabilidade do Estado ou da comunidade educativa (professores, escolas, etc.): a escola não é o único espaço educativo (ou seja, não tem o monopólio da educação) e, por conseguinte, a comunidade em geral e os pais em particular também têm um papel importante a desempenhar.

No entanto, se as escolas e os professores forem chamados, devido aos novos imperativos resultantes da educação emancipatória, a reinventarem-se e/ou a adaptarem os seus serviços educativos, precisarão também do envolvimento e do empenho dos pais, tanto dentro como fora das escolas. A educação emancipatória requer, portanto, uma relação mais estreita entre escolas e professores, por um lado, e pais, por outro, e como tal contribuirá para tornar os pais verdadeiros parceiros no sistema educativo. Com a educação emancipatória, caberá então aos pais (bem como a outros intervenientes no sistema escolar) ocupar plenamente o seu novo lugar e apropriar-se do seu novo papel.

2.4.12 Alunos

"É curioso notar que é o actor estudante que aparece mais raramente em muitos discursos e estudos de caso, excepto para dizer o que se espera deles. Jean-Marie De Ketele (2020)

Como os alunos são os principais beneficiários tanto da educação como da educação emancipatória, eles devem ser o foco de toda a atenção. No entanto, demasiadas vezes, as reformas educativas baseiam-se em abordagens que não envolvem suficientemente os alunos, quer na identificação das necessidades ou na formulação de estratégias, quer na implementação destas estratégias. Porque são vistos principalmente como beneficiários passivos, esquece-se que as opiniões dos aprendentes também contam, e que sem eles nenhuma reforma pode ser bem sucedida (ver caixa).

Fonte: De Ketele (2020)

"Não trabalhar sem estudantes, não contra eles, não apenas a favor deles. Mas para trabalhar com os estudantes.

É curioso notar que é o actor, o estudante, que aparece mais raramente em muitos dos discursos e estudos de caso, excepto para dizer o que se espera deles. "A escola tradicional condiciona a criança para satisfazer o adulto", diz Céline Alvarez (2016). Se os estudantes tiverem um poder de inércia considerável quando são colocados em condições de se submeterem, podem desenvolver uma energia considerável quando são colocados em condições de desenvolver o seu potencial. "Kids can" foi a lição do estudo do caso da Nova Zelândia na conferência (Annan, 2019). A liberdade dada aos estudantes do ensino secundário sul-coreanos de organizarem eles próprios um currículo de um semestre inteiro varreu todos os receios dos funcionários, professores e pais, pois foram tão rigorosos e relevantes na concepção e implementação do seu currículo, uma vez que este semestre livre não prejudicou e, pelo contrário, até melhorou o sucesso final no ensino secundário (Bardi e Véran, 2020). No seu projecto de apoio a certos países em desenvolvimento, Mabiala (2020) mostra o impacto que o envolvimento dos jovens no seu projecto de apoio às políticas públicas, em particular a educação, teve, por iniciativa da Organisation internationale de la Francophonie (OIF). Alguns de nós já tiveram a experiência de encontros nacionais ou internacionais (infelizmente ainda demasiado raros) onde os jovens são convidados não como espectadores mas como actores da mesma forma que outros; os debates são consideravelmente enriquecidos, porque os jovens têm conhecimentos específicos insubstituíveis. Além disso, têm uma energia suficientemente forte para desbloquear a atitude de esperar para ver (como demonstram os actuais movimentos juvenis para o clima e o ambiente).

Trabalhar com alunos, portanto, mas na condição de que seja com uma postura de acompanhamento relevante. Acompanhar não é estar à frente nem estar atrás; é estar ao lado, metaforicamente partilhar o pão (cum panis) e caminhar com o outro.

Trabalhar com estudantes a nível local exige que os professores estejam "ao lado" (não "à frente") deles, para lhes permitir desenvolver uma verdadeira iniciativa. Isto está de acordo com a filosofia de John Dewey (2011), segundo a qual o professor deve identificar em cada aluno a sua "capacidade distintiva" (o que o distingue dos outros) e permitir ao aluno não só desenvolvê-la tanto quanto possível, mas também colocá-la ao serviço do grupo; esta é a base para aprender "democracia" na escola (uma micro-sociedade) e na sociedade de amanhã.

Trabalhar com alunos a nível escolar requer o apoio do director da escola, que adopta uma postura de apoio (não obstrutiva) e reconhece o esforço e o trabalho realizado.

Trabalhar com alunos envolve por vezes o sistema de forma mais ampla, como foi o caso do exemplo coreano acima mencionado. Tendo em conta os efeitos avaliados, pode considerar-se que a postura adoptada pelas autoridades educativas tem sido adequada.

O trabalho com alunos é por vezes iniciado desde o início como parte de uma parceria entre uma associação e as autoridades educativas. Um bom exemplo é dado em Marrocos, onde a Direcção de Educação Não Formal do Ministério da Educação e a UNICEF envolveram alunos do ensino primário na identificação de crianças fora da escola no seu ambiente imediato e na realização de um inquérito entre eles, a fim de definir uma estratégia de reintegração (Oujour, 2019).

Trabalhar com estudantes cria condições para a mudança, não só novas formas de aprendizagem, mas também de conceber e decidir.

2.5 Que alianças a construir?

Para além dos activistas e decisores, a educação emancipatória também precisa de aliados. Para tal, é necessário analisar o campo de forças, classificá-las de acordo com as suas posições (os prós, os neutros, os contras) e/ou os seus interesses, e, em última análise, forjar alianças. Uma vez que as posições e interesses dos vários actores não são fixos, a análise do campo de forças e a categorização dos actores deve ser revista regularmente.

É portanto necessária uma boa dose de estratégia para promover a educação emancipatória de uma forma sustentável e eficaz. O objectivo deve ser o de envolver e mobilizar todos os intervenientes ou actores certos, ou seja, com os conhecimentos, contactos, poderes de influência e mobilização correctos, etc.

Quadro 2 - Nível de impacto e nível de influência das partes interessadas (mapeamento das partes interessadas)

		Nível de impacto (ou seja, a medida em que os resultados afectarão as partes interessadas)		
		Forte	Médio	Baixo
Nível de influência (ou seja, o nível de influência das partes interessadas no processo)	Forte	<p><i>Professores</i> <i>Sindicatos de professores</i> <i>Ministros responsáveis pela educação (ensino nacional, formação profissional, ensino superior, etc.)</i></p> <p><i>Recomendação: Torná-los aliados (construir parcerias estratégicas)</i></p>	<p><i>Chefes de estabelecimentos</i> <i>Inspectores de educação e formação</i> <i>Sociedade civil</i> <i>Organizações internacionais</i></p> <p><i>Recomendação: A cumprir (dado o seu poder de influência)</i></p>	<p><i>Presidente da República (PR)</i> <i>Primeiro-Ministro (PM)</i> <i>Assembleia Nacional</i></p> <p><i>Recomendação: A ser posto em marcha (tendem a esperar para ver, dado o baixo impacto do projecto sobre eles)</i></p>
	Médio	<p><i>Alunos,</i> <i>Pais de estudantes</i></p> <p><i>Recomendação: Estar estreitamente envolvido (a ser gerido de perto, para os tornar embaixadores, dado o impacto do projecto sobre eles)</i></p>	<p><i>Autoridades consuetudinárias</i> <i>Formadores de opinião</i> <i>Conselho Económico e Social</i></p> <p><i>Recomendação: Estar envolvido</i></p>	<p><i>Recomendação: A ser considerado / monitorizado / acompanhado</i></p>
	Baixo	<p><i>Recomendação: A manter sempre informado</i></p>	<p><i>Ministro da Cultura</i> <i>Ministro da Juventude</i> <i>Ministro da Família</i></p> <p><i>Recomendação: A ser informado regularmente</i></p>	<p><i>Recomendação: A ser informado de tempos a tempos</i></p>



2.6 Que mensagens, slogans e canais de influência?

2.6.1 Mensagens

A fim de atrair a atenção, despertar o interesse e, por fim, convencer, é importante formular mensagens cativantes. Em particular, estas mensagens devem responder às seguintes perguntas: o que queremos fazer? o que queremos dizer? qual é a mudança que queremos provocar? o que é que o nosso alvo ganha com os resultados esperados? etc.

Por conseguinte, é importante preparar as mensagens a serem dirigidas aos actores-alvo. Estas mensagens devem ser um breve argumento que explique a ideia da advocacia. As mensagens também devem ser claras e concisas para se chegar ao ponto.

Estas mensagens podem também enquadrar-se em duas categorias: (i) mensagens genéricas, ou seja, mensagens que podem potencialmente atingir todos os alvos, (ii) mensagens específicas, ou seja, mensagens dirigidas a um alvo específico, e, portanto, tendo em conta as suas especificidades e/ou os seus próprios interesses.

Seguem-se alguns exemplos de mensagens (genéricas e específicas)⁸.

Tabela 3 - Mensagens, ferramentas e canais de influência de acordo com os alvos (públicos decisores)

Público-alvo/endereço (público decisor)	Mensagens
Todos os alvos	De acordo com Nelson Mandela, "a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo". Se a educação pode mudar o mundo, também pode mudar um país. Mas será que isto significa realmente todas as formas de educação? Claro que não! Uma educação mal pensada ou mal implementada pode conduzir a uma tragédia. Em África, sessenta anos após a independência, estamos a lutar para nos tornarmos países emergentes ou desenvolvidos. Será que os nossos sistemas educativos têm uma quota-parte de responsabilidade por isto? Sim, certamente que sim. Devemos, portanto, ter a coragem de reformar os nossos sistemas educativos para que estejam mais de acordo com as nossas aspirações. É a essa reforma, benéfica para os nossos países, que aspira uma educação emancipatória.
	Uma transformação profunda e duradoura da escola ou da educação em África só poderia vir do próprio continente. A necessidade de tal transformação da escola deve primeiro ser compreendida, desejada e realizada dentro do próprio continente. A educação emancipatória é o que permitirá a África, nas belas palavras do Professor Ki-Zerbo, "dormir no seu próprio tapete", "pensar por si e para si", "preferir o desenvolvimento chave-na-mente ao desenvolvimento chave-na-mão".
	Promover a educação emancipatória não é apenas contribuir significativamente para melhorar a qualidade do sistema educativo, mas também para aumentar o significado e o alcance das acções educativas.

⁸ Tendo em conta as especificidades dos seus contextos, alvos ou estratégias, os actores são convidados a personalizar/adaptar estas mensagens.

<p>Presidente da República, Primeiro-Ministro, Governo: ministros responsáveis pela educação e formação, ministros sectoriais (juventude, família, cultura, etc.)</p>	<p>Muitos dos nossos países em África têm feito progressos significativos no sentido da democracia nos últimos anos. Teríamos sem dúvida feito progressos ainda maiores e mais duradouros se os nossos países tivessem promovido a educação emancipatória. Porque liberta o indivíduo (desenvolvendo a sua autonomia e espírito crítico), reforça a igualdade entre homens e mulheres, e melhora a vida comunitária (nomeadamente inculcando a virtude da tomada de decisões colegial ou concertada), a educação emancipatória poderia de facto contribuir grandemente para tornar as nossas sociedades mais democráticas.</p>
<p>Instituições representativas: Assembleia Nacional, Conselho Económico e Social, etc.</p>	<p>Os nossos países em África aspiram à emergência ou desenvolvimento económico e, para isso, dependem do capital humano. No entanto, há uma questão fundamental que raramente abordamos: que tipo de capital humano torna tal aspiração possível. As medidas de qualidade educacional que normalmente utilizamos não nos dizem nada sobre a adequação do nosso capital humano às nossas aspirações mais profundas. Tudo isto reflecte o facto de termos esquecido os verdadeiros propósitos da educação. Precisamos de nos reconectar com estes objectivos autênticos, e é isto que a educação emancipatória permite.</p> <p>Aspiramos a ser um país democrático. A promoção de uma educação verdadeiramente emancipatória pode contribuir muito para isso.</p> <p>Aspiramos a ser um país emergente ou desenvolvido. A promoção de uma educação verdadeiramente emancipatória pode contribuir muito para isso.</p>
<p>Instituições representativas: Assembleia Nacional, Conselho Económico e Social, etc.</p>	<p>A nossa educação deve reflectir as aspirações profundas do nosso povo. Quem melhor do que os representantes do povo para defender tais aspirações? Por conseguinte, é vossa responsabilidade, caros representantes do povo, promover a educação emancipatória.</p> <p>Os representantes do povo assim como as instituições da República têm um grande papel a desempenhar na reconstrução das nossas instituições, incluindo as educacionais. Como a educação emancipatória oferece tal oportunidade, os representantes do povo devem estar entre os seus maiores embaixadores.</p> <p>Somos todos iguais! Todos temos o mesmo potencial! Somos todos seres humanos! A educação emancipatória promove a educação para a igualdade. Portanto, reforçaríamos a emancipação social ou a coesão social se promovêssemos a educação emancipatória.</p>



Público-alvo/endereço (público decisor)	Mensagens
Autoridades locais e outros actores locais	<p>A educação emancipatória promove a educação para e através da democracia. A democracia não se constrói apenas a nível central, ou seja, do Estado. É também construído e implementado a nível local e, portanto, dentro de cada uma das nossas autoridades locais. A nível local, existe portanto um grande interesse em promover a educação emancipatória, uma vez que esta fortalece a democracia local.</p>
	<p>Promover a educação emancipatória significa também promover a história e o património cultural dos nossos diferentes territórios. Por conseguinte, as nossas autoridades locais e actores locais beneficiariam de estar na vanguarda da luta pela educação emancipatória.</p>
Professores, chefes de escolas, inspectores de educação e formação, sindicatos de professores	<p>A educação deve ser, no seu conteúdo, nos seus programas e nos seus métodos, adaptada ao único fim que deve perseguir: permitir ao homem ser um sujeito, construir-se como pessoa. Para educar, precisamos de mais do que simples transmissores de conhecimento, precisamos de verdadeiros educadores. Porque os professores aspiram acima de tudo a ser educadores, a educação emancipatória corresponde perfeitamente às suas aspirações.</p>
	<p>De acordo com Sócrates, "a educação não é o enchimento de um recipiente, mas a iluminação de uma chama". Etimologicamente, a educação vem da palavra latina ex-ducere, que significa "guiar", "conduzir para fora de...". O acto de educação deve, portanto, permanecer um acto contínuo de auto-invenção, de auto-constituição, de realização do destino do ser humano, que é ser, tornar-se, plenamente, aquilo que tem de ser. Uma educação que não se transforma, que não se emancipa, não é, portanto, uma verdadeira educação. Promover a educação emancipatória é, portanto, de certa forma, um regresso às fontes primárias ou autênticas de educação. É para devolver ao professor-educador as suas cartas de nobreza.</p>
	<p>Tal como a qualidade de um sistema educativo não pode exceder a qualidade dos seus professores, a capacidade de um sistema educativo de promover a educação emancipatória não pode exceder o nível de 'consciencialização' ou compromisso dos seus professores. Sem professores conscientes e capazes de promover a "conscientização" dos alunos, não pode haver educação emancipatória.</p>
	<p>Promover a educação emancipatória significa restituir ao professor um lugar central nos processos educativos, e permitir que o professor se reconecte com a sua missão ou papel como educador. Em suma, promover a educação emancipatória significa defender os interesses dos professores, e restaurar o professor para um lugar de escolha dentro do sistema educativo.</p>
Sociedade civil	<p>A educação emancipatória tem os mesmos objectivos que a sociedade civil: fortalecer a base. A sociedade civil luta pela emancipação das pessoas (política, económica, cultural, etc.), e a educação emancipatória prossegue basicamente os mesmos objectivos. Sociedade civil e educação emancipatória: a mesma luta!</p>
	<p>A educação emancipatória oferece à sociedade civil a oportunidade de desempenhar um papel muito importante na formulação, implementação e monitorização de estratégias de desenvolvimento educacional em África.</p>



Público-alvo/endereço (público decisor)	Mensagens
Autoridades consuetudinárias	<p>A educação emancipatória é uma concepção e prática da educação que visa reconciliar-nos com os nossos valores, tradições, cultura e história. As nossas autoridades consuetudinárias, que são também os garantes do nosso património ou património, são assim desafiadas da perspectiva da educação emancipatória.</p> <p>De acordo com Mungala (1982), a educação tradicional em África é colectiva, pragmática, concreta e funcional, abrangente e versátil, integracionista, etc. A educação tradicional em África também procura mudar a auto-imagem do indivíduo ou do grupo, as suas capacidades, aptidões e potencial. É uma educação benevolente, que visa aumentar a auto-confiança, descobrir e explorar o próprio potencial, compreender que os únicos limites impostos a si próprio são aqueles que se impõe a si próprio, etc. A partir destes diferentes ângulos, a educação tradicional em África é uma fonte de emancipação.</p> <p>Além disso, o conceito de Ubuntu, que significa humanidade, traduz perfeitamente a ética humanista a que muitas sociedades africanas tradicionais aspiravam: Ubuntu reflecte o cuidado que uma pessoa dá a outra numa atitude de bondade, compaixão, cortesia, consideração e respeito). A educação emancipatória reconcilia-nos não só com os fundamentos ou bases da educação tradicional africana, mas também com a filosofia humanista que é o <i>Ubuntu</i>.</p>
Formadores de opinião	<p>Um líder é aquele que não só mostra o caminho, mas também arregaça as mangas e vai em frente. A educação emancipatória precisa, portanto, de líderes cujas palavras e acções possam ajudar a mover montanhas e, neste caso, a iniciar e alcançar reformas educativas salutareas.</p> <p>Uma vez que a verdadeira liderança é empoderadora, empurrando o indivíduo para recuperar a sua liberdade, a autêntica liderança também necessita de educação emancipatória, uma vez que esta última também visa restaurar a autonomia e a liberdade do indivíduo. Liderança e educação emancipatória, a mesma batalha!</p> <p>A educação emancipatória é uma compreensão e prática da educação que pode contribuir para a realização do ODS4 ("Assegurar a igualdade de acesso à educação de qualidade para todos e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida").</p> <p>A visão na qual o SDG4 se baseia é de facto a de transformar vidas através da educação, e nisto, o SDG4 é inspirado por uma visão humanista da educação e desenvolvimento baseada nos direitos humanos e na dignidade, justiça social, inclusão, protecção, diversidade cultural, linguística e étnica. A educação emancipatória baseia-se na mesma visão, pelo que a promoção da educação emancipatória está a contribuir para a realização do SDG4.</p> <p>A educação emancipatória tem os mesmos objectivos que a Declaração de Incheon ("Educação 2030: Para uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e uma aprendizagem ao longo da vida para todos"). Portanto, promover a educação emancipatória é contribuir para a realização da Declaração de Incheon.</p>
Alunos, pais.	<p>A educação emancipatória é uma concepção e prática da educação que visa libertar as potencialidades e capacidades de todos os alunos. A educação emancipatória dá portanto prioridade às necessidades e interesses dos alunos.</p> <p>A educação emancipatória é uma concepção e prática da educação que vê os alunos como sujeitos transformadores e não como objectos.</p> <p>Como principais beneficiários da educação, os alunos devem ser o centro das atenções. No entanto, demasiadas vezes, as reformas educativas baseiam-se em abordagens que não colocam os interesses ou necessidades dos alunos em primeiro lugar. A educação emancipatória pode ajudar a corrigir isto.</p> <p>Promover a educação emancipatória significa considerar que uma cabeça bem moldada é melhor do que uma cabeça bem cheia. A educação não deve procurar 'preencher a cabeça' ou criar qualquer forma de alienação. Pelo contrário, deve ter como objectivo fazer do aprendiz um indivíduo melhor, e dar-lhe todas as capacidades de que necessitará para viver bem e dar sentido à sua existência. Porque a educação emancipatória visa fazer tudo isto, ela toma verdadeiramente a seu cargo os interesses ou necessidades dos alunos.</p>

2.6.2 Slogans

Como fórmulas curtas e marcantes para propagar uma opinião e/ou apoiar uma acção, os slogans são úteis para qualquer iniciativa activista ou trabalho de advocacia. Abaixo estão alguns slogans sobre educação emancipatória, que estão divididos em três categorias: (i) slogans genéricos, (ii) slogans para as diferentes componentes da educação emancipatória, e (iii) slogans para diferentes alvos.

Slogans genéricos

1. Educação emancipatória, uma educação que tem como objectivo promover um novo projecto para a sociedade.
2. De que tipo de educação precisamos, para nos encarregarmos das nossas aspirações mais profundas? Educação emancipatória!
3. Não fiquemos mais satisfeitos com as reformas "técnicas" do ensino! Atrevamo-nos a fazer reformas "políticas" nos nossos sistemas educativos! Vamos dar o salto e implementar uma educação emancipatória.
4. Não promover a educação emancipatória é manter os nossos sistemas educativos e sociedades num impasse.

Slogans para as diferentes componentes da educação emancipatória

1. Educação emancipatória, uma educação que desenvolve a autonomia e o pensamento crítico.
2. Educação emancipatória, uma educação humanista (ou humanizadora).
3. Educação emancipatória, uma educação que liberta.
4. Educação emancipatória, educação para e através da democracia.
5. A educação emancipatória, uma educação para a igualdade.
6. Educação emancipatória, uma educação descolonizante.

Slogans para diferentes alvos

Quadro 4 - Slogans direccionados

Metas	Slogans
Decisores públicos: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Governo, Ministros responsáveis pela educação e formação, Ministros sectoriais (juventude, família, cultura, etc.)	1. Para concretizar a nossa aspiração de emergir ou desenvolver, promovamos a educação emancipatória!
	2. Para concretizarmos a nossa aspiração a uma sociedade democrática, promovamos a educação emancipatória.
	3. A educação que reflecte as aspirações mais profundas do nosso povo é a educação emancipatória.
Instituições representativas: Assembleia Nacional, Conselho Económico e Social, etc.	4. A educação que contribui para a reconstrução das nossas instituições (incluindo instituições educacionais) e das nossas sociedades é a educação emancipatória!
	5. Promover a educação emancipatória é também uma questão de reforço da igualdade e da coesão social.

Metas	Slogans
Autoridades locais e outros actores locais	6. A promoção da educação emancipatória também tem a ver com o reforço da democracia local.
	7. Promover a educação emancipatória significa também promover a história e o património cultural dos nossos territórios.
Professores, sindicatos de professores, directores de escolas, inspectores de educação e formação	8. Educação emancipatória é a educação que valoriza o professor dentro do sistema educativo.
	9. A promoção da educação emancipatória também tem a ver com a promoção dos professores.
	10. Promover a educação emancipatória significa apoiar a educação autêntica.
	11. Promover a educação emancipatória significa permitir que o professor volte a ser um educador.
	12. Promover a educação emancipatória, para pôr fim à instrumentalização dos professores (segundo a mudança do paradigma da 'educação' para o da 'formação'), e assim permitir que os professores voltem a ser aquilo que nunca deveriam ter deixado de ser: educadores!
Sociedade civil	13. A educação que reflecte as aspirações mais profundas do nosso povo é a educação emancipatória.
	14. A promoção da educação emancipatória também tem a ver com o reforço da democracia.
	15. A promoção da educação emancipatória também tem a ver com o reforço da igualdade e da coesão social.
Autoridades consuetudinárias	16. Educação emancipatória, uma concepção e prática de educação que nos reconcilia com as nossas tradições e cultura. Formadores de opinião
Formadores de opinião	17. Promover a educação emancipatória é também uma questão de liderança!
Organizações internacionais	18. Educação emancipatória, uma compreensão e prática da educação que contribui para a realização do ODM 4 ("Assegurar a igualdade de acesso a uma educação de qualidade para todos e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida")

Metas	Slogans
	19. Educação emancipatória, uma concepção e prática de educação que contribui para a realização do
	20. Declaração Incheon ("Education 2030: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all").
Alunos e pais	21. A educação que reflecte as nossas aspirações mais profundas é a educação emancipatória.
	22. A educação que tem em conta os interesses genuínos dos alunos é a educação emancipatória.
	23. Educação emancipatória, uma concepção e prática da educação que visa libertar as potencialidades e capacidades de todos os alunos.
	24. A educação que dá a todos os alunos oportunidades iguais de sucesso é a educação emancipatória.
	25. A educação que considera os alunos como sujeitos (e já não como objectos) é uma educação emancipatória.
	26. Educação emancipatória, uma concepção e prática de educação que coloca o aprendente no centro do sistema educativo.
	27. Promover a educação emancipatória significa considerar que uma cabeça bem moldada é melhor do que uma cabeça bem cheia.
	28. A educação que concilia os objectivos das escolas e dos professores com as aspirações dos alunos e das suas famílias é uma educação emancipatória.



2.6.3 Ferramentas e canais de influência

Para promover a educação emancipatória, não será suficiente formular mensagens. Também será importante apresentar estas mensagens com os instrumentos certos de influência. Por outras palavras, que ferramentas, canais, meios e técnicas serão necessários para convencer os diferentes alvos?

Apresentamos abaixo alguns destes instrumentos e canais de influência, tendo em conta que podem ser adaptados para ter em conta as especificidades relacionadas com os contextos e/ou estratégias de intervenção.

Quadro 5 - Ferramentas e canais de influência

Metas	Ferramentas e canais de influência
Todos os alvos	<ul style="list-style-type: none">- Transmissão do Relatório da ANCEFA sobre Educação Emancipatória (resumo executivo + versão completa)- Produção de um Manifesto sobre Educação Emancipatória- Website (da ANCEFA ou um website dedicado à promoção da educação emancipatória)- Boletim informativo sobre Educação Emancipatória- Publicação de artigos na imprensa- Participação em programas (rádio, TV, etc.),<ul style="list-style-type: none">o Programas que tratam de questões de educação e formaçãoo Programas seguidos por indivíduos e instituições orientadas na promoção da educação emancipatória- Redes sociais- Organização de reuniões de intercâmbio sobre educação emancipatória (workshops, seminários, etc.)- Publicação e divulgação de vários documentos (relatórios, artigos, etc.) sobre educação emancipatória- Produção e divulgação de vários materiais de comunicação (folhetos, brochuras, etc.) sobre educação emancipatória
Presidente da República	<ul style="list-style-type: none">- Pedido de audiência- Carta de sensibilização para a educação emancipatória
Primeiro-ministro	<ul style="list-style-type: none">- Pedido de audiência- Carta de sensibilização para a educação emancipatória
Ministros responsáveis pela educação e formação	<ul style="list-style-type: none">- Pedidos para uma audiência- Cartas de sensibilização para a educação emancipatória- Participação em actividades e reuniões organizadas pelos referidos ministérios, e utilizar esta oportunidade para promover a educação emancipatória
Instituições representativas: Assembleia Nacional, Conselho Económico e Social, etc.	<ul style="list-style-type: none">- Reuniões de campo- Pedidos para uma audiência- Cartas de sensibilização para a educação emancipatória
Autoridades locais e outros actores locais	<ul style="list-style-type: none">- Pedidos para uma audiência- Cartas de sensibilização para a educação emancipatória- Participar em actividades e reuniões dirigidas às autoridades locais e outros actores locais, e utilizá-las para promover a educação emancipatória

Metas	Ferramentas e canais de influência
Professores	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Redes sociais profissionais (LinkedIn, etc.) - Participar em reuniões dirigidas aos professores ou para as quais os professores são convidados + e utilizar a oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória - Sensibilização de formadores de formadores (escolas de formação de professores, faculdades de educação e formação, etc.)
Chefes de estabelecimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Redes sociais profissionais (LinkedIn, etc.) - Participar em reuniões dirigidas aos directores das escolas ou para as quais são convidados + e aproveitar a oportunidade para aumentar a sensibilização para a educação emancipatória
Inspectores de educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória - Redes sociais profissionais (LinkedIn, etc.) - Participar em reuniões dirigidas ou para as quais são convidados Inspectores de Educação e Formação + e utilizar a oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória
Sindicatos de professores	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória - Redes sociais profissionais (LinkedIn, etc.) - Participar em reuniões destinadas aos sindicatos de professores ou para as quais são convidados + e aproveitar a oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória
Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória - Redes sociais profissionais (LinkedIn, etc.) - Participar em reuniões dirigidas à sociedade civil ou para as quais a sociedade civil é convidada + e utilizar esta oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória
Pais de estudantes	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos de audições dirigidos às associações de pais e/ou às suas organizações de guarda-chuva - Participar em reuniões dirigidas aos pais ou para as quais os pais são convidados + e utilizar a oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória - Redes sociais
Autoridades consuetudinárias	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória - Comunicadores tradicionais - Participar em reuniões dirigidas às autoridades consuetudinárias ou para as quais são convidados + e utilizar a oportunidade para sensibilizar para a educação emancipatória

Metas	Ferramentas e canais de influência
Formadores de opinião	<ul style="list-style-type: none"> - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória
Organizações internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de campo - Pedidos para uma audiência - Cartas de sensibilização para a educação emancipatória - Participar nas reuniões em que estas organizações internacionais participam + e aproveitar a oportunidade para aumentar a sua sensibilização para a educação emancipatória
Alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Redes sociais - Meios de comunicação social (rádio, televisão) - Governos de estudantes - Actividades de campo



2.7 E a mobilização de recursos?

Para atingir os objectivos desejados, serão necessários recursos: quem trabalha para a educação emancipatória nunca deve ignorar ou negligenciar isto.

A fim de mobilizar recursos, há duas questões principais a colocar: quanto custam as acções previstas em termos de tempo, dinheiro, recursos humanos e materiais? como podem estes recursos ser mobilizados?

Dois erros são frequentemente cometidos: concentrar-se nos recursos financeiros, e considerar que a obtenção de recursos financeiros é um pré-requisito para tomar medidas.

Em relação ao primeiro erro, é importante lembrar que vários estudos realizados na educação demonstraram que não existe necessariamente uma correlação entre os recursos mobilizados ou disponíveis e o desempenho (qualquer que seja o indicador utilizado para medir este desempenho). A educação emancipatória precisa certamente de recursos financeiros, mas provavelmente precisa ainda mais de homens e mulheres empenhados, convencidos, sinceros, dedicados e disponíveis. Por outras palavras, os recursos humanos são uma variável chave, tanto em termos da sua qualidade como da sua capacidade de disponibilizar tempo para acções e iniciativas de educação emancipatória. Este último ponto é particularmente importante, uma vez que iniciar e realizar mudanças na educação (e mais geralmente em questões políticas ou sociais) requer muito tempo, e portanto disponibilidade.

O segundo erro não é apenas o resultado do primeiro, mas reflecte também uma sobrestimação da importância dos recursos financeiros ou das dificuldades associadas à sua mobilização. De facto, os recursos financeiros, em vez de serem desencadeadores de acções, são antes o resultado destas últimas. Por outras palavras, os recursos "nunca caem do céu", e como tal nunca devem ser considerados um pré-requisito para a acção. Uma boa estratégia é também aquela que consegue mobilizar recursos, ou aquela que consegue dimensionar as acções de acordo com os recursos disponíveis ou mobilizáveis. Finalmente, os recursos financeiros mobilizados devem ser utilizados da melhor forma, e para atingir os resultados esperados, é portanto importante assegurar que nenhum recurso seja desperdiçado.


2.8 Que estratégias complementares?

Para além de tudo o que foi dito recentemente, como se pode promover a educação emancipatória? Sugeriremos aqui algumas estratégias complementares, nas quais os actores podem inspirar-se, adaptando-as às especificidades do seu contexto.

2.8.1 Gerar uma narrativa mobilizadora

Para qualquer reforma em geral, e em particular para promover a educação emancipatória, a presença de uma narrativa mobilizadora defendida pelas mais altas autoridades ou ao mais alto nível é susceptível de inspirar todos os actores de uma forma positiva e duradoura.

A narrativa é um acto de síntese que permite organizar, ordenar, reflectir e dar sentido a um evento ou acção. Esta narrativa será ainda mais mobilizadora se satisfizer os seguintes critérios: (i) dá sentido aos acontecimentos e articula-os; (ii) a narrativa é breve, cativante e fácil de recordar; (iii) permite tomar decisões, agir em conjunto e, ao fazê-lo, produzir inteligência colectiva.



É antes de mais ao nível do estrato sócio-político que deve ser construída uma narrativa mobilizadora, em torno de questões tão fundamentais como as seguintes: Quem somos nós? Em que é que nos estamos a tornar? Em que valores queremos acreditar? O que decidimos fazer para viver melhor juntos? Tais questões estão para além do âmbito da educação emancipatória, mas quando são abordadas, facilitam a sua compreensão e promoção. Em termos da sua defesa junto dos decisores políticos, os activistas da Educação Emancipatória não devem ignorar ou negligenciar a importância de ter uma narrativa mobilizadora. Criar, ou provocar, esta narrativa mobilizadora deve, portanto, ser uma das suas prioridades. E onde esta narrativa mobilizadora existe, será uma questão de explicar a todos como a educação emancipatória contribui para o objectivo pretendido.

2.8.2 Mobilização da inteligência colectiva

A promoção da educação emancipatória exige a multiplicação de espaços de inteligência colectiva, e isto é tanto mais importante quanto a reforma deve ser pensada como uma "sinfonia sempre inacabada" e com "novos desenvolvimentos" (De Ketele, 2020). Para tal, será importante criar quadros abertos e estabelecer processos de reflexão-acção para trabalhar com todos os intervenientes no sistema educativo (internos e externos). Em particular, será essencial estabelecer ligações com outros actores, incluindo coligações educativas, movimentos sociais, sindicatos de professores, meios de comunicação e governo, conforme apropriado, com base na premissa de que a promoção da educação emancipatória exige que todos trabalhem em conjunto (em vez de competirem ou desperdiçarem recursos duplicando iniciativas, complementando-se assim uns aos outros). Será também importante utilizar métodos participativos que permitam a todos participar activamente na promoção ou defesa da educação emancipatória, tendo o cuidado de traduzir e reformular informação complexa para a tornar acessível a todos.

A mobilização da inteligência colectiva exige também que se tenha em conta todos os níveis (local, regional, nacional, internacional), entendendo ao mesmo tempo que os diferentes níveis têm um papel distinto mas complementar a desempenhar.

Finalmente, uma boa apreciação da inteligência colectiva significa analisar os resultados com honestidade e frieza, não se responsabilizando por sucessos imerecidos, reconhecendo - se existirem - outras forças em acção e outras iniciativas que ajudam a promover a educação emancipatória. Utilizar sabiamente a inteligência colectiva também significa documentar as experiências mais bem sucedidas da educação emancipatória e tirar lições para partilhar.

2.8.3 Comunicar com as partes interessadas

A comunicação com as partes interessadas é muito importante, especialmente para eliminar possíveis mal-entendidos ou ambiguidades que possam surgir de um mal-entendido sobre o que é a educação emancipatória.

Alguns dos intervenientes acima listados podem ter reservas sobre a relevância do conceito de educação emancipatória, ou sobre a sua operacionalização. Estas posições são frequentemente devidas a uma falta de informação sobre o que significa realmente a educação emancipatória. Por conseguinte, será importante ter uma estratégia de informação e de sensibilização, dirigida a todos os actores, e especialmente àqueles que seriam muito conservadores. Esta estratégia envolveria em particular a produção e divulgação de documentos informativos (em diferentes formatos: texto, áudio, vídeo, etc.), bem como reuniões regulares com as partes interessadas para intercâmbio e discussão. Estas reuniões permitiriam também questionar alguns dos preconceitos ou representações dos actores, e partilhar o que é realmente a educação emancipatória.

2.8.4 Acções de favorecimento no terreno

A promoção da educação emancipatória deve privilegiar o trabalho de campo. Para os actores da sociedade civil, esta é a principal forma de contribuir para a existência de uma comunidade activa e poderosa, capaz de exigir uma educação emancipatória aos decisores públicos. Esta é a única forma de agir de forma sustentável. Além disso, as experiências de campo aumentam o impacto e a legitimidade do trabalho, e isto a todos os níveis (local, nacional e internacional). Fornecem provas a partir das quais se podem desenvolver posições políticas e fazer exigências, e asseguram que as acções a todos os níveis são relevantes para as necessidades educacionais reais.

A promoção da educação emancipatória exige também que a acção se baseie nos seguintes princípios

- Investigar as causas profundas do fracasso do actual sistema educativo, as razões fundamentais pelas quais não é capaz de permitir aos alunos e suas famílias realizar as suas aspirações, e, a partir de todas estas análises, enumerar todos os benefícios e resultados que a educação emancipatória poderia trazer.
- Adotar uma abordagem holística, considerando a educação emancipatória como o objectivo final da acção, mas reconhecendo a influência de muitas outras questões muito complexas sobre a capacidade das sociedades e dos sistemas educativos para promover a educação emancipatória.
- Poder estar aberto a dificuldades e fracassos, que são também oportunidades para aprender e reforçar práticas.

2.8.5 Trabalhar simultaneamente a todos os níveis (local, nacional, regional, internacional)

Para trabalhar a todos os níveis simultaneamente, é importante respeitar diferentes perspectivas e estabelecer papéis e espaços claros para aproveitar todos os pontos fortes. Os conhecimentos e competências de cada pessoa ou organização devem ser reconhecidos. Trata-se de colaboração, não de competição, e o potencial para conflitos e relações de poder desiguais deve ser constantemente tido em conta e as estratégias procuradas para os minimizar. Fundamentalmente, esta abordagem baseia-se na qualidade dos sistemas de informação e comunicação, bem como na transparência e responsabilidade nos processos de tomada de decisão. Tudo isto é mais fácil de dizer do que de fazer e para alcançar esta sinergia é necessário empenho.

É possível ligar os diferentes níveis sem problemas e reforçar a prática através das ligações criadas em cada nível. Deve-se sempre reflectir sobre a forma como nos relacionamos com os outros níveis, a fim de reforçar os nossos conhecimentos, análises e impacto. Isto significa assegurar que são desenvolvidos processos eficazes de feedback para informar todos os activistas a todos os níveis dos resultados e do impacto das actividades a outros níveis.

Assim, a nível local, devem ser levadas a cabo as seguintes acções:

- Reflectir e analisar o ambiente com base em realidades locais e informações recolhidas de organizações parceiras a nível nacional e internacional;
- Desenvolver planos estratégicos em torno da educação emancipatória para a acção individual, comunitária e local, com base numa análise aprofundada;
- Construção de parcerias em torno da educação emancipatória, mobilização de outros actores e desenvolvimento de redes;
- Investigar e obter provas convincentes da relevância da educação emancipatória (utilizável a nível local e nacional);
- Comunicar sobre educação emancipatória através de documentos escritos, através da fala, através dos meios de comunicação (rádio, televisão) ou através de redes sociais;
- Estabelecer ligações com as autoridades locais, os meios de comunicação social locais e todos os outros actores locais influentes.

A nível nacional, regional e internacional, as seguintes acções devem ser levadas a cabo

- Estar entre os primeiros a apoiar processos locais e contribuir para o alargamento do seu espaço de influência (em particular para assegurar que as vozes locais sejam ouvidas a nível nacional, regional e internacional);
- Tornar a informação sobre educação emancipatória acessível, através da tradução, simplificação ou produção de outros materiais utilizando uma variedade de meios de comunicação;
- Desenvolver relações com o governo, os meios de comunicação e todos os outros actores influentes;
- Organizar eventos públicos, reuniões e conferências sobre temas específicos para aumentar a sensibilização e mobilizar a opinião pública;
- Transformar a informação recolhida localmente em propostas políticas baseadas em provas e coordenar mais investigação para reforçar a análise local;
- Trabalhar para a educação emancipatória no seio das coligações e com outros actores da sociedade civil.

2.8.6 Planear cuidadosamente o trabalho

A promoção da educação emancipatória requer um planeamento cuidadoso do trabalho, em particular para atingir todos os objectivos relevantes. Isto envolve uma vasta gama de actores, desde os intervenientes internos no sistema educativo (professores, directores de escolas, alunos, pais, etc.) aos membros da comunidade, aos decisores de políticas públicas, às ONG (locais, nacionais e internacionais), aos sindicatos, à sociedade civil. Requer um trabalho diferente com cada um dos actores envolvidos em diferentes fases do processo. Por exemplo, o governo pode ser considerado parceiro quando se mostra aberto e disponível, mas pode ser um alvo fundamental em outros momentos, caso se recuse a aceitar qualquer iniciativa em prol da educação emancipatória.

3. KIT DE FERRAMENTAS PARA UMA DEFESA EFICAZ E ACTIVISMO EM TORNO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

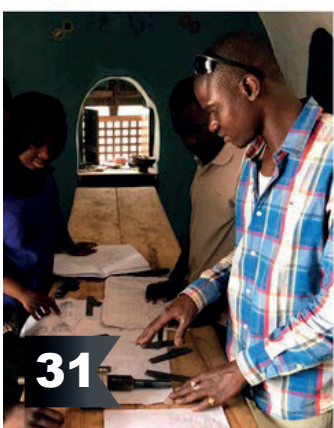
A maioria dos instrumentos listados abaixo devem ser utilizados antes da acção, com a excepção do último mencionado. Como mencionado anteriormente, a promoção da educação emancipatória requer um planeamento cuidadoso do trabalho, daí a importância de uma preparação cuidadosa das actividades.

3.1 Preparação de uma reunião de advocacia

Está a planear encontrar-se com uma pessoa e/ou organização como parte da sua defesa da educação emancipatória? É importante estar bem preparado, e esta ficha informativa destina-se a ajudá-lo a fazê-lo. Tente responder às perguntas abaixo, e se necessário, sinta-se à vontade para (i) reformular as perguntas para as tornar tão relevantes quanto possível para a pessoa ou organização em questão, e (ii) acrescentar quaisquer outras perguntas que considere úteis.



1. Porque é que se vai encontrar com esta pessoa/organização?
2. Qual será a motivação específica desta pessoa/organização para apoiar a educação emancipatória?
3. Esta pessoa/organização tomou alguma posição no passado sobre educação emancipatória ou questões relacionadas? Quem são os indivíduos/estruturas que podem influenciar esta pessoa?
4. Que restrições tem ou poderia ter esta pessoa/organização em relação ao apoio à educação emancipatória?
5. Como apresentar o apoio de pessoas/instituições influentes para convencer esta pessoa/organização (filme, citação de uma personalidade ou líder, extracto de um documento, etc.)
6. Que pessoas/organizações podem esta pessoa/organização convencer, por sua vez?
7. É necessário ter o apoio de outra(s) pessoa(s)/organização(ões) antes de ter o apoio dessa(s) pessoa(s)/organização(ões)? Já dispomos deste apoio? (NB: o calendário das reuniões poderá ter de ser revisto se tivermos de obter primeiro o sim de um alto funcionário antes de os outros concordarem).
8. Quais são as melhores razões para esta pessoa/organização apoiar a educação emancipatória?
9. Quais são as melhores razões que esta pessoa/organização tem para se opor à educação emancipatória (e, em caso afirmativo, como podem ser neutralizadas?)?
10. Que apoio específico é/pode ser pedido a esta pessoa/organização (uma votação, uma assinatura, convencer outra pessoa, apoio à educação emancipatória nos meios de comunicação social ou em declarações públicas, etc.)?
11. Que pontos devem ser evitados na discussão?
12. Que perguntas podem ser feitas pelo(s) seu(s) entrevistador(es) (especialmente perguntas difíceis)? E que resposta(s) daria neste caso?
13. Descrever os pontos-chave a serem discutidos durante a reunião.



3.2 Pensar sobre o que fazer em relação à educação emancipatória

Objectivo	Duração
Ajudar os participantes a desenvolver ideias de acção colectiva de apoio à educação emancipatória e a formar grupos para as implementar. Este exercício pode ser realizado em relação à educação emancipatória em geral ou em relação a uma componente específica da educação emancipatória (por exemplo, uma das seis dimensões identificadas pela ANCEFA); neste último caso, o grupo concorda com a componente específica antes de iniciar a actividade).	35 a 60 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	Convidar os participantes a reflectir individualmente sobre o tema/ questão/ ideia de educação emancipatória sobre a qual gostariam de desenvolver uma acção colectiva. Isto deve ser feito em silêncio.	5 a 10 minutos	- Papel - Caneta/Felts
Passo 2	Peça a cada pessoa para escrever um pequeno resumo da sua ideia de educação emancipatória num pedaço de papel. Devem então colocar os resumos no chão à volta da sala. Convidar os participantes a deslocarem-se e a olharem para o que os outros escreveram. Existem tópicos/ideias semelhantes? Pedir aos participantes para formar grupos em torno das ideias de educação emancipatória que os atraíam.	10 a 20 minutos	- Papel - Caneta/Felts
Etapa 3	Convidar os participantes com ideias semelhantes para a educação emancipatória a juntarem-se. Pedir-lhes que pensem na possibilidade de reunir todas as ideias numa acção comum. Se um participante não encontrar um parceiro para trabalhar no tópico que lhe interessa, sugira que entre em contacto com outro grupo e veja se, em vez disso, gostaria de se juntar a esse grupo.	10 a 20 minutos	- Papel - Caneta/Felts
Passo 4	Uma vez formados todos os grupos, peça a cada grupo que escreva algumas linhas descrevendo a questão que está no centro da sua acção colectiva para a educação emancipatória.	10 minutos	- Papel - Caneta/Felts

3.3 O Círculo dos Sonhos para a Educação Emancipatória

Objectivo	Descrição	Duração
Chamar a atenção do grupo para a visão global de acção para a educação emancipatória.	Ajudar os participantes a desenvolver ideias de acção colectiva de apoio à educação emancipatória e a formar grupos para as implementar. Este exercício pode ser realizado em relação à educação emancipatória em geral ou em relação a uma componente específica da educação emancipatória (por exemplo, uma das seis dimensões identificadas pela ANCEFA); neste último caso, o grupo concorda com a componente específica antes de iniciar a actividade).	45 a 60 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	<p>Criar um círculo num espaço confortável, para que todos os participantes se possam ver uns aos outros. Ter várias folhas grandes de papel disponíveis para gravar o sonho, bem como marcadores coloridos.</p> <p>Nesta actividade, o grupo utiliza um "pau falante", um objecto que só permite que a pessoa que o detém fale.</p> <p>Uma pessoa fala de cada vez, enquanto outra transcreve o que diz. A pessoa que escreve deve fazê-lo com a maior precisão possível. Em caso de dúvida, podem ser feitas perguntas. Se for mais fácil, peça a uma pessoa para transcrever para todos os participantes.</p> <p>O grupo deve começar por pensar silenciosamente sobre uma questão como uma das seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O que mudará se formos bem sucedidos na promoção da educação emancipatória ou de uma das suas componentes?</i> - <i>Como deve ser este projecto de educação emancipatória para que possa então dizer que esta é a melhor forma possível de ter passado o seu tempo?</i> - <i>O que lhe permitiria dizer: sim, estou muito feliz por ter trabalhado neste projecto de educação emancipatória?</i> 		<ul style="list-style-type: none"> - Vara falante - Canetas de feltro - Flipchart
Passo 2	<p>Após um tempo de reflexão silenciosa, a pessoa que quer começar deve pegar no bastão falante (previamente colocado no centro do círculo) para responder à pergunta.</p> <p>Quando tiver terminado, passa o bastão falante no sentido dos ponteiros do relógio para a pessoa seguinte.</p> <p>O repórter também muda: depois de falar, o orador muda de papel e escreve o que a pessoa seguinte diz. Dar a volta ao círculo até que todos tenham tido a oportunidade de falar e escrever.</p> <p>Se um membro do círculo não tem nada a dizer, ele ou ela passa o andar para a pessoa seguinte.</p> <p>O círculo termina quando ninguém tem mais nada a dizer. O flipchart será utilizado para a definição de objectivos" (ver folha "Definição de objectivos para a educação emancipatória").</p>	40 a 50 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Vara falante - Flipchart - Papel - Caneta/Felts

3.4 Estabelecimento de objectivos para a educação emancipatória

Objectivo	Duração
Ajudar o grupo a definir os objectivos da sua acção colectiva em favor da educação emancipatória. Este exercício pode ser conduzido em relação à educação emancipatória em geral, ou em relação a uma componente específica da educação emancipatória (neste último caso, o grupo concorda com essa componente específica antes de iniciar a actividade).	80 a 100 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	Convidar cada grupo a tirar uma página do flipchart. Dar ao grupo um bloco de notas post-it, para serem partilhadas entre os membros. Uma pessoa de cada grupo lê a transcrição do Círculo de Sonhos do seu grupo (ver folha "O Círculo de Sonhos para a Educação Emancipatória"). Isto terá um efeito motivador sobre os membros da equipa.	5 a 10 minutos	-Post-it -Flipchart de actividades "Círculo de Sonhos
Passo 2	Fazer a pergunta: "Que acções devem ser postas em prática primeiro para tornar estes sonhos de educação emancipatória uma realidade? Todos escrevem então um objectivo num post-it. Encorajar os participantes a apresentar objectivos muito específicos que sejam viáveis e relevantes para os objectivos da educação emancipatória.	10 minutos	
Etapa 3	O primeiro orador afixa as suas notas post-it no flipchart. Um segundo pessoa junta-se a ele e faz o mesmo; depois um terço, e assim por diante. Cada participante deve tentar posicionar as notas post-it que acrescentam de tal forma que objectivos semelhantes sejam agrupados uns em relação aos outros. Cada membro da equipa pode deslocar os post-its à medida que são criadas novas relações entre eles. No final desta fase, deverão existir grupos de objectivos (de preferência não mais do que dez).	20 minutos	Páginas de flipchart
Passo 4	O grupo analisa então os grupos de objectivos um a um. Devem destacar as palavras-chave em cada post-it. Uma palavra-chave é uma palavra que aparece várias vezes ou que se destaca pela sua relevância.	10 minutos	-Flipchart -Canetas de feltro
Passo 5	Numa nova nota post-it, o grupo escreve um objectivo "principal" que inclui todas as palavras-chave destacadas, mais algumas palavras de ligação para dar sentido ao mesmo. É importante não resumir, criar novas palavras, ou remover informação de qualquer uma das notas post-it. Os novos objectivos "principais" serão colocados no topo de cada flipchart, para finalmente se chegar a três objectivos principais para a acção colectiva.	20 minutos	-Afixar -Canetas / Felt-tips

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Passo 6	<p>O passo seguinte é seleccionar um objectivo principal do ponto de vista da educação emancipatória, no qual toda a energia do grupo será concentrada em primeira instância.</p> <p>Para o fazer, dê três comprimidos a cada participante.</p> <p>Fazer a seguinte pergunta-chave: "Que objectivo teria o maior impacto na concretização da visão do projecto de educação emancipatória tal como definido no Círculo de Sonhos?"</p> <p>Os participantes dividem os pontos entre os objectivos que consideram mais importantes para o projecto.</p> <p>Podem atribuir dois pontos a um objectivo e o terceiro a outro, ou podem atribuir os três pontos a três objectivos diferentes. No entanto, não devem colocar os três pontos num único objectivo.</p> <p>Quando todos tiverem terminado, as notas post-it com mais pontos são as que determinam os objectivos da acção colectiva!</p>	25 a 30 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Pastilhas adesivas - Autocolantes - Canetas de feltro



3.5 Estabelecimento de uma agenda para a educação emancipatória

Objectivo	Descrição	Duração
Para ajudar o grupo a desenvolver um plano detalhado da sua acção colectiva para a educação emancipatória	Esta actividade ajudará o grupo a concentrar-se nas tarefas em questão. Terá o maior impacto na visão global do projecto. O calendário de tarefas pode então ser utilizado para elaborar um plano de acção detalhado (ver ficha "Concepção de um plano de acção para a educação emancipatória")	60 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	Peça ao grupo que desenhe uma linha com uma data de início e fim do Projecto de Educação Emancipatória numa página do flipchart. Se necessário, adicionar duas ou três páginas de flipchart em branco para estender a linha. Distribuir notas post-it aos membros do grupo, tantas quantas forem necessárias. Convidar cada participante a reflectir silenciosamente sobre os objectivos que identificou na actividade anterior e a perguntar-se: <i>"Quais são as tarefas que precisamos de realizar para atingir estes objectivos de educação emancipadora?"</i> Pedir a todos que escrevam nas notas pós-it as tarefas que consideram necessárias.	15 minutos	- Post-it - Flipchart
Passo 2	Quando tiverem terminado, convidem os participantes a colocar notas post-it no calendário indicando onde pensam que a tarefa deve ter lugar no projecto de educação emancipatória. Recordar-lhes que algumas das actividades podem ter lugar em simultâneo.	10 minutos	
Etapa 3	Quando todos tiverem terminado, perguntar se o grupo concorda com o calendário que foi desenvolvido. O objectivo é chegar a um acordo global: o grupo pode fazer ajustamentos finais, se necessário. O resultado deve ser um calendário de tarefas a realizar para atingir, do início ao fim, os objectivos globais do projecto de educação emancipatória. Dar a cada tarefa um número em preparação para a actividade seguinte.	15 a 20 minutos	

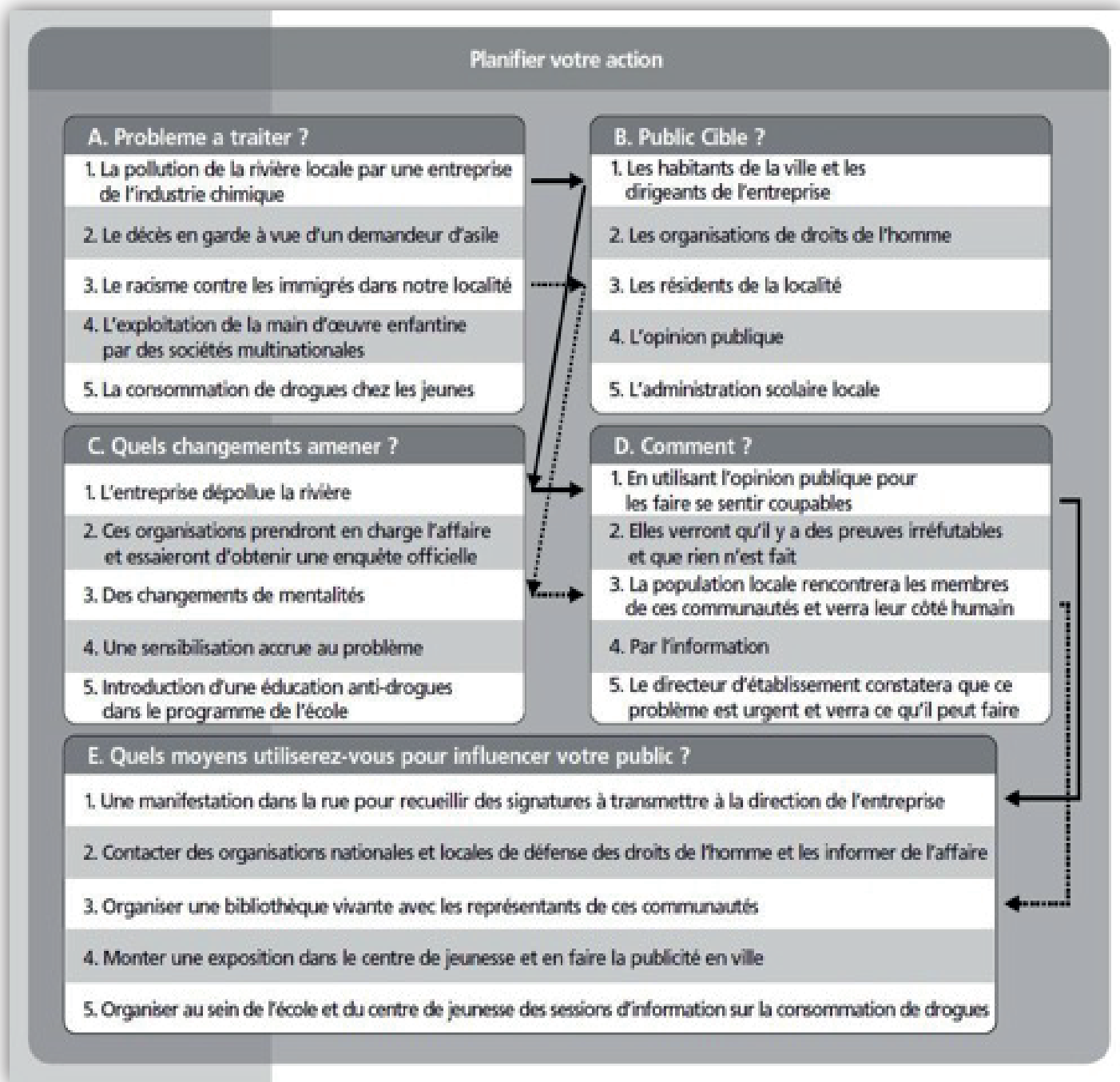
3.6 Concepção de um plano de acção para a educação emancipatória

Objectivo	Descrição	Duração
Para ajudar o grupo a (i) estruturar o seu projecto e orientar os participantes para as formas mais eficazes de alcançar os objectivos estabelecidos, (ii) realizar acções pontuais, mas também para conceber uma campanha mais longa que consista em várias acções com o mesmo objectivo.	<p>Em geral, qualquer acção precisa de ser planeada para ser eficaz. Isto é especialmente verdade quando se trata de activismo. Uma reunião de planeamento ajudará a definir exactamente o que deseja e é capaz de fazer, e a melhor maneira de o conseguir. Para objectivos mais ambiciosos, esta actividade é particularmente recomendada, uma vez que acontecimentos imprevistos ou resultados não conformes com os objectivos podem ser desencorajadores. É preciso ser eficaz desde a primeira acção.</p> <p>A implementação da seguinte ficha de trabalho pressupõe que se tenha escolhido um problema para resolver e que se tenha uma ideia do que se está a tentar alcançar. Chegou o momento de determinar o mecanismo que será utilizado para alcançar este objectivo.</p> <p>NB: O plano de acção detalhado também pode ser desenvolvido após a formulação do calendário de tarefas (ver ficha "Estabelecer um calendário de tarefas para a educação emancipatória").</p>	Variável



O diagrama abaixo pode ser utilizado como uma abordagem passo a passo para tomar uma decisão e assegurar que o método escolhido será apropriado. Estabelece os cinco passos a seguir na selecção da forma de acção mais apropriada e dá cinco exemplos para ilustrar cada passo.

Figura 1 - Planeamento de uma acção



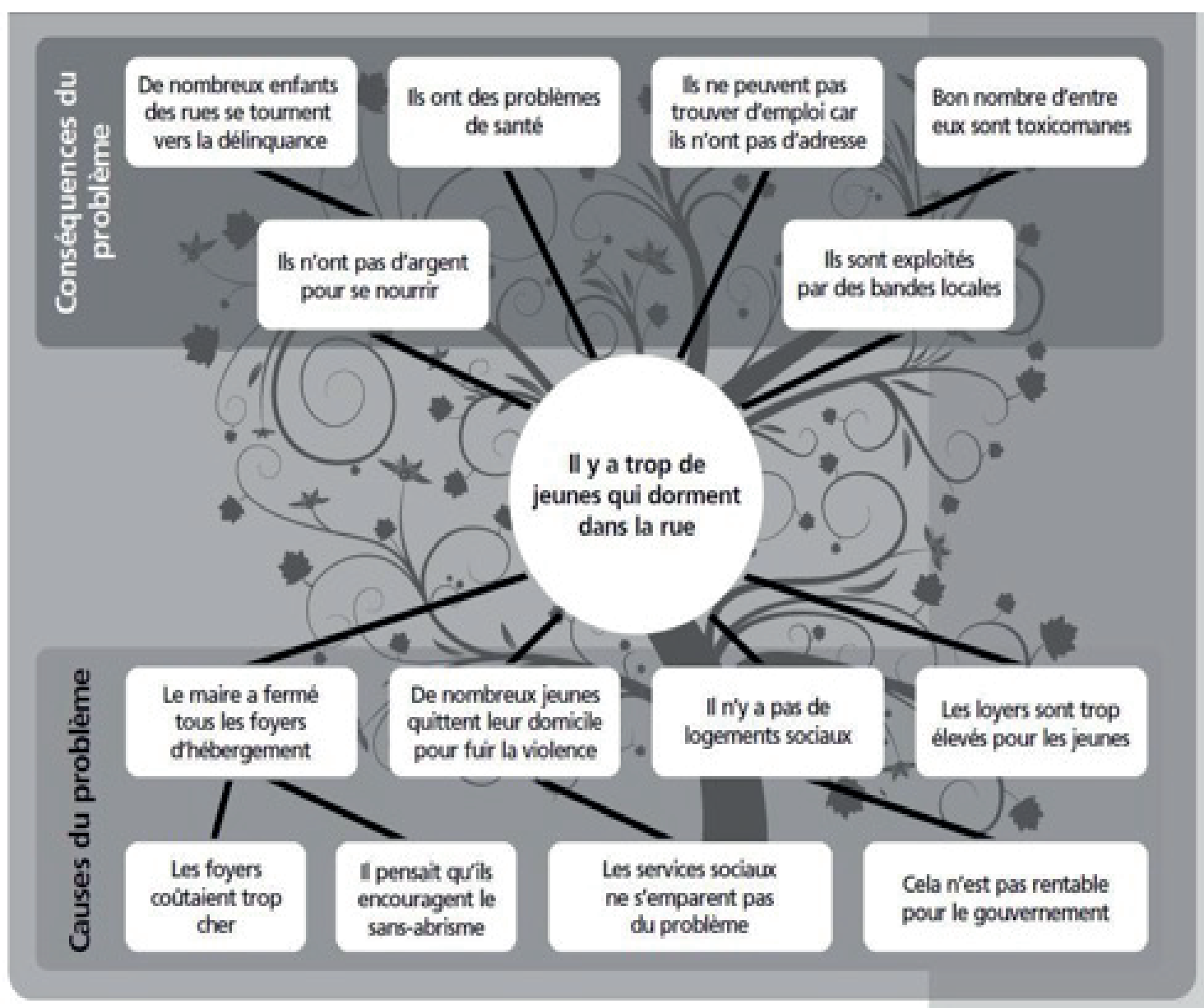
Fonte : <https://www.coe.int/fr/web/compass/devising-a-plan-of-action>

3.7 Identificar o problema que deseja resolver

Este passo é simples: será o resultado da árvore de problemas que o grupo criou. Se não tiver feito este exercício, peça ao grupo que formule com a maior precisão possível o problema que pretende resolver.

A árvore de problemas é uma ferramenta útil para compreender a questão em que está a trabalhar. Implica analisar um problema para encontrar as suas causas e consequências, e ligá-lo a outros problemas da sociedade. Este método permite ao grupo compreender melhor o assunto em questão e encontrar soluções mais estratégicas (ver figura abaixo).

Figura 2 - Exemplo de uma árvore de problemas



Fonte : <https://www.coe.int/fr/web/compass/devising-a-plan-of-action>



3.8 Identificar o público alvo

A menos que espere resolver o problema imediatamente, o público alvo da sua acção pode não ser a pessoa ou pessoas que trarão a mudança final que deseja alcançar. É muito provável que a sua acção seja apenas um passo para a mudança desejada; por exemplo, pode tentar sensibilizar para uma questão de educação emancipatória, a fim de pressionar os decisores (presidente, governo, assembleia nacional, etc.).

O seu grupo-alvo será o grupo de pessoas a quem se destina a sua acção. Pode ser constituído por vários grupos de pessoas: por exemplo, no primeiro exemplo do diagrama acima, os habitantes da cidade e a direcção da empresa são os dois públicos-alvo. Pede-se aos habitantes da cidade que assinem uma petição que é depois apresentada à direcção da empresa, a fim de os obrigar a limpar o rio.

Uma questão importante aqui será a de identificar os meios que serão utilizados para influenciar o público alvo.

3.9 Pense na(s) mudança(s) que espera provocar e como produzi-la?

Que alteração(ões)?

Esta questão está novamente relacionada com a sua acção, mas não necessariamente com a mudança final que pretende alcançar. É altamente improvável, por exemplo, que uma acção do seu grupo seja suficiente para levar toda a população a abraçar a educação emancipatória! No entanto, pode gerar interesse na educação emancipatória, o que encorajará outros a tomar várias acções que podem ser suficientes para provocar uma mudança na condução das políticas educativas ou na gestão do sistema educativo⁹.

Este passo exige que pense sobre o que a acção deve alcançar, e como pode determinar o seu nível de sucesso. Tente encorajar os membros do seu grupo de activistas a serem tão específicos quanto possível ao definir o que o sucesso ou o fracasso significaria para eles.

Como produzir esta(s) alteração(ões)?

Não se trata do mecanismo que o grupo activista irá utilizar, mas sim da forma como a acção deverá ter lugar. Este passo é muitas vezes sobre a psicologia da mudança de mentalidades, ou como tornar as pessoas conscientes de que precisam de fazer algo diferente. Esta é uma questão muito importante que é frequentemente ignorada: ignorá-la poderia reduzir o impacto da sua acção.

⁹ Em termos mais gerais, quando uma questão é complexa, as mudanças políticas são muitas vezes difíceis de realizar e raramente são o resultado de uma única acção. Os activistas devem, portanto, estabelecer objectivos realistas: lembrá-los de que mesmo um resultado "pequeno" pode dar uma grande contribuição para a resolução de um problema maior. Campanhas eficazes são muitas vezes constituídas por pequenas acções, e tudo o que o seu grupo conseguir pode ser construído mais tarde ou retomado por outros activistas que trabalham sobre o mesmo assunto.



Por exemplo, suponha que um grupo está preocupado com a situação das crianças *talibãs*¹⁰, e deseja abordar esta questão. Poderia considerar a possibilidade de fazer spots (rádio, TV) em torno da questão. Contudo, se os participantes não se perguntarem porquê e como é que estas crianças acabaram na rua, os spots podem ter o efeito oposto ao pretendido (estes spots podem ser rejeitados pelas famílias de onde estas crianças provêm, assim como pelas pessoas a quem estas crianças foram confiadas e que as obrigam a mendigar)! O grupo terá portanto de pensar em como um folheto pode mudar a perspectiva de uma pessoa e que mensagens podem ter um impacto no grupo alvo. Terá de estar consciente das razões e preocupações por detrás do fenómeno das crianças *talibãs*.

Este passo permite-lhe pensar sobre o que precisa de acontecer para que o resultado se siga inevitavelmente à situação de partida.

3.10 Identificar os recursos (físicos, emocionais, financeiros, etc.) que precisam de ser investidos em acções colectivas de educação emancipatória

Objectivo	Duração
Estimar o que está envolvido na acção colectiva e os recursos que cada pessoa tem de investir na acção.	60 a 70 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	Peça ao grupo para pensar na seguinte questão: que recursos físicos e emocionais posso/devo dar a esta acção? Após alguns minutos, convidar o grupo a colocar os seus nomes ao lado das diferentes tarefas em que gostariam de participar.	5 a 10 minutos	- Folhas de exercícios - Papel -Canetas
Passo 2	Quando todos tiverem terminado, verificar se existe pelo menos um nome ao lado de cada tarefa. Se algumas tarefas forem deixadas sem nome, o facilitador deve assinalar este facto ao grupo. Se ninguém estiver disposto a fazer a tarefa, é essencial que o projecto prossiga? Se for este o caso, mas os participantes não estiverem dispostos/capazes de completar a tarefa na sua totalidade, então talvez o grupo precise de rever o projecto e os seus objectivos. Talvez possam simplificá-lo.	5 a 10 minutos	
Etapa 3	O grupo terá de calcular o montante de recursos financeiros necessários para o projecto. Se pretenderem candidatar-se a uma subvenção, terão de orçamentar os custos que serão incorridos. Custos ocultos que podem surgir, tais como custos de viagem para reuniões de grupo, são uma consideração importante. Pense na melhor forma de gerir todos os custos de participação. O facilitador deve ser sensível na gestão desta actividade, tendo em conta a situação de cada indivíduo e evitando pressões sobre os participantes para excederem os seus orçamentos pessoais ou para se comprometerem para além das suas possibilidades.	30 minutos	

¹⁰ Crianças de rua.

3.11 Celebrar: promover a sensibilização para as realizações na educação emancipatória

Objectivo	Duração
<ul style="list-style-type: none"> - Tomar consciência dos talentos e competências que cada pessoa adquiriu ao longo da acção colectiva - Reflectir sobre o acompanhamento pessoal da actividade 	30 a 60 minutos

Passos	Actividades e instruções	Duração	Material
Etapa 1	<p>Pedir a cada participante para levar um pedaço de papel e uma caneta.</p> <p>Leia as perguntas listadas abaixo e peça aos participantes para escreverem uma resposta na sua folha de papel.</p> <p>Os participantes não são obrigados a partilhar as suas respostas, a menos que o desejem.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais teriam sido as maiores realizações do seu grupo? - Qual foi a parte do conjunto que mais lhe agradou? - Como se desenvolveu pessoalmente durante o seu trabalho de acção colectiva? - Pode enumerar cinco coisas pelas quais está grato pela sua participação? 	15 a 20 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Folhas de exercícios - Papel - Canetas
Passo 2	Convidar os membros do grupo que o desejem a partilhar as suas respostas à pergunta que mais estimulou o seu pensamento?	10 a 20 minutos	<ul style="list-style-type: none"> - Papel - Canetas



CONCLUSÃO

Tal como mencionado na introdução, este guia destina-se a todos aqueles que trabalham em questões de educação e que estão interessados numa abordagem emancipatória do pensamento e/ou da acção. Espera-se também que este guia seja utilizado pelas ONG e outras organizações a nível local, nacional, regional e internacional.

No entanto, este guia é apenas um guia. Caso contrário, por si só, não é suficiente. Para que seja útil, cada um dos seus utilizadores deve assegurar-se de que tem uma boa compreensão do seu contexto ou quadro de intervenção. Isto significa em particular conhecer as actuais políticas e prioridades (do governo, dos parceiros técnicos e financeiros, etc.) na educação, as principais fontes de influência que afectam os diferentes actores do sistema educativo (por exemplo, são mais influenciados pelos meios de comunicação social, opinião pública, líderes de opinião, pressão internacional?), como são percebidas as campanhas ou acções de advocacia a nível local e/ou nacional, etc. Sem esse conhecimento do contexto ou ambiente, será difícil (se não impossível) determinar as actividades mais adequadas, ter uma visão a médio ou longo prazo, ou identificar estratégias a implementar.

No processo de planeamento e implementação do activismo da educação emancipatória, será particularmente importante analisar as ideias e actividades apresentadas no guia e ver como podem ser continuamente adaptadas ao seu próprio contexto, mas também como podem ser enriquecidas. É certo que os leitores ou utilizadores deste guia terão tido experiências que não estão reflectidas neste guia, mas que podem fornecer uma base para o seu trabalho sobre educação emancipatória. Devem, por conseguinte, apreciar a sua própria experiência anterior e procurar desenvolver, pelo menos onde for relevante para o seu próprio contexto ou ambiente, inspirando-se nas ideias aqui oferecidas. Algumas das experiências no terreno irão por vezes contradizer as ideias deste guia. Noutros casos, os actores podem ter encontrado e/ou experimentado formas mais eficazes de fazer ou agir. Em qualquer caso, é importante confiar na própria experiência para decidir como utilizar as ideias deste guia.

Resta formular um desejo, para fechar este guia. Que a ANCEFA, como iniciadora deste guia, não se contenta em simplesmente distribuí-lo. Mas que faz mais e melhor, e em particular de duas maneiras. Por um lado, criando e animando uma comunidade de prática em torno da educação emancipatória em África. Por outro lado, ajudando a construir pontes entre estes actores africanos da educação emancipatória e os seus homólogos de outras regiões do mundo (América, Europa, Ásia).



BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos, relatórios, etc.

Action Aid (2007), *Education Rights: A Guide for Practitioners and Activists*, 254 pp.

Comité de Coordination pour la Participation Politique des Femmes (2017), *Guide des activistes pour une participation politique accrue des femmes en Côte d'Ivoire*, 44 p.

De Ketele, Jean-Marie (2020), "Reforming education: working together for the common good by developing a collective intelligence", *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, N° 83, pp. 205-233. URL: <http://journals.openedition.org/ries/9463>

Freire, P. (1974), *Pedagogia do oprimido. Consciencização e revolução*. Paris, 205 pp.

Freire, Paolo (2006), *Pedagogia da autonomia. Sabores necessários à la pratique éducative*, Erès, 192 p.

FuturelabAE (2021), *Improving change-oriented adult education. A Guide for Educators and Actors in Adult Education*, 33 p.

Grootaers D. e F. Tilman (2002), *La pédagogie émancipatrice. L'utopie mise à l'épreuve*, P.I.E-Peter Lang S.A., Éditions Scientifiques Internationales, 297 p.

ICA4LOP (2018), *Youth engagement and activism. Como apoiar e desenvolver acções colectivas*, 72 p.

Ki-Zerbo, J. (1990), *Educate or Perish (Impasses and African Perspectives)*, Dakar-Abidjan, UNESCO-UNICEF.

Meuret, Denis (2020), "Légitimation et légitimité des réformes", *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, N° 83, pp. 113-121. URL: <http://journals.openedition.org/ries/9372>.

Mungala, A. S. (1982), "Traditional education in Africa and its values, Ethiopiques", *Revue socialiste de culture négro-africaine*, No. 29, Fevereiro.

Narberhaus, Michael (2015), *Re-imagining Activism. Um Guia Prático para a Grande Transição*, 122 pp.

The Education Relief Foundation (2018), *Global Guide to Ethics, Principles, Policies and Practices in Balanced and Inclusive Education, Volume I, Conceptual and Technical Framework*, 153 pp.

Website

<https://www.coe.int/fr/web/compass> (Manual para a prática da educação para os direitos humanos com os jovens)





UM GUIA DO ACTIVISMO PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

ABDOU ALPHA DIA

CONSULTOR

Setembro 2022